

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

O CRIME, O ADVOGADO E O DIREITO

As mais recentes manifestações de repúdio ao patrocínio do acusado pelo advogado Renè Ariel Dotti indiciam um risco real de se perder de vista aquelas premissas garantidas pelos tratados internacionais e pela Constituição brasileira

No extenso universo das hipotéticas infrações que um cidadão pode cometer perante o Direito de uma nação, o crime ocupa um lugar especial e reservado. Qualificam-se como “crimes” apenas aquelas condutas reputadas como gravíssimas, que merecem uma sanção exemplar, segundo critérios fotografados em determinado momento histórico pela comunidade.

Justamente por isto, costuma-se ler nos livros escolares da disciplina de Direito Penal que todo o crime tem por característica uma ofensa que ultrapassa os interesses da vítima. Os crimes, em maior ou menor medida, atingem toda a sociedade.

Neste campo tão singular do ordenamento jurídico, a importância do advogado se mostra peculiar. Se no Direito Penal se encontram as mais graves condutas e as punições mais severas, a presença de um profissional com conhecimento e sensibilidade é a garantia de que todas as circunstâncias do caso serão minudenciadas e sopesadas àqueles que se atribui a difícil função de julgar.

Ao se iniciar a segunda década do século 21, tais premissas podem parecer muito óbvias, piegas, relegadas a um lugar comum ante a solidez da garantia que os tratados internacionais, os princípios constitucionais e o arcabouço legislativo de proteção à ampla defesa sustentam.

A ocorrência de um crime de repercussão exemplar, capaz de ofender particularmente o sentimento de justiça de cada cidadão, no entanto, pode provocar a tentação de se abandonar tais postulados em nome de uma resposta rápida e inclemente.

A acusação de homicídio que pesa sobre ex-deputado Carli Filho é um bom exemplo disto. Dois jovens tiveram a vida ceifada numa colisão envolvendo, a um só tempo, a acusação de uma colossal velocidade (170 km/h), em estado de embriaguês, de um motorista com um histórico de infrações de trânsito. Este acusado, ainda, como homem público, figurava como membro do Poder Legislativo Estadual, ostentando condições de vida para além de satisfatórias, muito melhores do que a suportada pela enorme maior parte da população.

Tudo isso é muito grave. A repulsa é inevitável. O sentimento de que a Lei deve “valer” para todos e que, mais do que nunca, faz-se necessário um basta na guerra tribal revelada no trânsito das grandes cidades impulsiona uma comoção de toda a população.

Soma-se à dor da família daqueles jovens a indignação da população que, num movimento social sem precedentes, produz e divulga adesivos nos automóveis, manifestando o pensamento de que a velocidade de 170 km/h, em si, é um crime.

Se o crime ofende toda a comunidade, é absolutamente lícito que esta mesma comunidade manifeste, pelos mais diferentes meios, o anseio de Justiça. A liberdade de expressão do pensamento, neste caso, é evidente. A família das vítimas não poupa esforços para que a acusação seja conduzida até as últimas consequências.

A sociedade brasileira espera, do Poder Judiciário, uma avaliação e um julgamento célere e cuidadoso deste episódio brutal e esta *Gazeta do Povo* cumprirá o seu papel de informar, criticar e se posicionar de maneira transparente a respeito do caso. Aquela noite não será esquecida.

Nada disto justifica, no entanto, o menoscabo, que por vezes atinge às raias do ataque pessoal, disparado contra os advogados que aceitaram o patrocínio da defesa do acusado.

As mais recentes manifestações de repúdio ao patrocínio do acusado pelo advogado Renè Ariel Dotti, promovidas por alguns meios de comunicação, indiciam um risco real de, neste caso, se perder de vista aquelas premissas lançadas ao início do texto, sobejamente garantidas pelos tratados internacionais e pela Constituição brasileira.

Faz-se necessário repetir: todo e qualquer réu, seja lá quem ele for, seja lá qual for a medida de gravidade do delito que lhe é imputado, deve ser adequadamente assistido no processo penal.

Isto, obviamente, não permite concluir que é franqueado aos advogados de defesa sustentar o insustentável. Há um código de ética, permeado por regras e princípios, cuja observação é indeclinável.

A constante pertinência entre as alegações e as provas, a coerência entre as teses de defesa e o conhecimento jurídico, o apelo aos precedentes jurisprudenciais de casos similares são elementos cruciais para o ministério da defesa dos acusados e, inclusive, para o regular exercício da liberdade de expressão pelo advogado. Estas balizas parecem estar presentes no difícil patrocínio da defesa de Carli Filho, captaneada por Renè Ariel Dotti.

A história em defesa da democracia, das garantias constitucionais, as décadas de magistério na UFPR, as obras doutrinárias, enfim, tudo aquilo que marca e identifica a carreira do criminalista Renè Ariel Dotti não se mostra contraditório e nem tampouco se diminui ante a decisão de defender um acusado que, por sua própria torpeza, imantizou o desprezo popular.

A decisão de defender Carli Filho é uma aposta na importância da garantia constitucional de que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal” (Constituição da República, art. 5.º, inciso LIV).

Isto não significa dizer, vale destacar, que os argumentos de defesa, tornados públicos pelo Ilustre causídico, devam prevalecer. Da dialética entre as teses de acusação e defesa é que resplandecerá a segurança a respeito de todas as circunstâncias de fato, agravantes ou minorantes, suscitadas ao longo do processo.

Aos advogados cabe sustentar, argumentar, comprovar, tentar convencer. Ao Poder Judiciário compete decidir. O respeito àqueles que atuam na posição de defesa e acusação é indispensável para a construção da Justiça.

OAB lança site para denúncias de corrupção

Ordem quer mobilizar a sociedade para fiscalizar o poder público. Advogados vão acompanhar os casos denunciados e cobrar as autoridades

Heliberton Cesca, com agências

■ A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançou ontem, em Brasília, o site Observatório da Corrupção (<http://observatorio.oab.org.br>) para receber denúncias e monitorar o andamento das investigações sobre desvios de recursos no poder público. A iniciativa pretende mobilizar a sociedade brasileira para combater ilegalidades nas esferas governamentais. Além disso, outra frente da Ordem é pressionar o Judiciário brasileiro para dar agilidade ao julgamento de casos de corrupção e evitar, assim, a impunidade.

“A sociedade pode transformar, sim, por meio da legítima pressão que ela exerce nos poderes públicos. E ela [a sociedade] deve mobilizar-se para combater essa pandemia que é a corrupção”, disse o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, durante o lançamento da campanha. Deputados e senadores integrantes da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção

estiveram presentes na cerimônia, como o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e os deputados Chico Alencar (PSol-RJ) e César Colnago (PSDB-ES).

O Observatório da Corrupção será mais uma ferramenta para fiscalizar o poder público e mobilizar a sociedade (veja outras iniciativas no quadro ao lado). Toda a denúncia apresentada pela população no site da OAB será analisada por advogados integrantes da Comissão Especial de Combate à Corrupção e à Impunidade da Ordem. Em seguida, o grupo levará o caso até o órgão responsável pela fiscalização ou investigação. Se não houver andamento do caso no prazo de 30 dias, a Ordem promete cobrar novamente das autoridades responsáveis. “Vamos fazer visita ao promotor, ao juiz, ao delegado responsável, e cobrar providências. Se nada for feito, vamos levar às autoridades superiores”, ressaltou Cavalcante.

O internauta que quiser fazer uma denúncia no Observatório encontra um texto com 18 artigos, que são os termos de uso para poder participar. Após a inscrição, ele poderá acompanhar como andam as ações tomadas em relação à denúncia. Para isso, precisará informar sua senha e CPF. A OAB garante o sigilo da identidade dos denunciadores.

Cavalcante disse ainda que na próxima semana o site vai fornecer uma lista com todos os processos

antigos, de 1980 até hoje, que tratam de corrupção e que não tiveram solução.

O presidente da Comissão de Combate à Corrupção da OAB, Paulo Brêda, destacou que a corrupção retira recursos de muitos para poucos. “O enriquecimento de poucos contribuiu para a falta de educação de muitos brasileiros”, declarou. A cobrança de agilidade do Judiciário nos processos de corrupção deverá ser replicada pelos escritórios regionais da Ordem em todo o país. No caso do Paraná, integrantes da OAB-PR deverão visitar juízes e desembargadores no estado que julguem casos deste tipo.

Foro privilegiado

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, elogiou a iniciativa da Ordem, mas destacou que isso não é suficiente para resolver o problema da corrupção no Brasil. Segundo ele, é preciso acabar com o foro privilegiado e diminuir a quantidade de recursos possíveis na Justiça. “Eu tenho certeza que esse Observatório vai sinalizar e fazer toda a diferença no acompanhamento desses casos. Mas isso não vai adiantar se o Brasil não abolir o foro privilegiado para autoridades. O STF não tem condições de acompanhar todos os processos”, disse.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sociedade dá apoio, 25 AGO 2011 mas quer ações efetivas

Rosana Félix

¶ Pelas reações que ocorreram nos últimos dias, a presidente Dilma Rousseff (PT) tem muitos aliados no combate à corrupção. No Senado, foi criada uma frente suprapartidária para apoiar a "faxina" promovida pela petista. Grandes adversários políticos, como Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Alckmin, a elogiaram. E a OAB lançou o temo Observatório da Corrupção.

O apoio à presidente é realmente forte, dizem políticos, especialistas e representantes da sociedade civil. Mas eles dizem que as ações precisam ser mais amplas e gerais, de forma a provocar mudanças reais na condução da política. Algumas demissões em ministérios considerados problemáticos são insuficientes, afirmam.

Jovita Rosa, diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), exalta o posicionamento adotado por Dilma. "Enfim entrou no governo uma pessoa, uma mulher, que tem a coragem de levar adiante a luta pela corrupção. Sabemos que ela existia no governo Lula, no governo FHC e nos anteriores. E ninguém teve a coragem de bater de frente no problema", observa.

Para a diretora do MCCE, é fundamental uma ação que vá além das demissões em alguns órgãos, mesmo que isso provoque uma "rebelião" na base aliada. "Queremos faxina em todos os ministérios. Porque não adianta combater a pobreza em um sistema político que beneficia os corruptos. Temos de nos mobilizar. Se a presidente não tem uma base aliada, ela tem a sociedade ao lado dela."

Apesar do otimismo da diretora, mobilizar toda a sociedade para a luta contra a corrupção não é tarefa fácil. De acordo com o cientista político Alberto Carlos de Almeida, apenas uma parcela

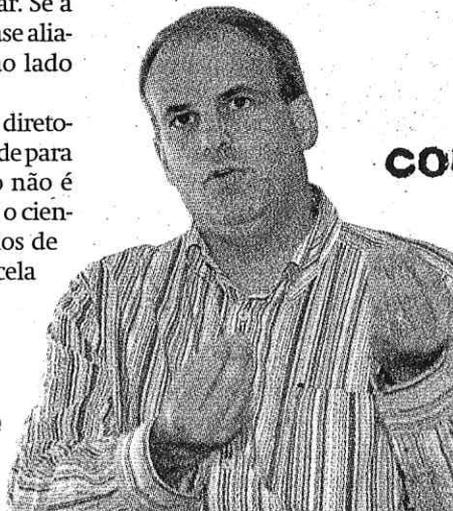
da população presta atenção em ações desse tipo. "Isso é um processo lento, mas está acontecendo. A sociedade está mudando e a pressão aumentou", explica ele.

Judiciário

Almeida diz que é interessante a mobilização da sociedade. Mas ele afirma que é preciso resolver o problema da impunidade. "A sociedade se movimenta, mas não tem como punir. E o principal mecanismo para coibir a corrupção é a punição. O Poder Judiciário precisa deixar de ser frouxo, de só punir ladrão de galinha", acrescenta.

O cientista político Fernando Filgueiras, da UFMG, também diz que é fundamental processar os envolvidos com irregularidades. "Mas isso deveria ser apenas a primeira atitude. Essa onda de demissão é apenas uma cortina de fumaça que não põe o dedo na ferida. O fundamental é modificar o modo como a política tem sido feita."

Para Filgueiras, o apoio que Dilma recebe de alguns políticos pode até atrapalhar. Segundo ele, não é momento de afirmação de virtudes, mas de lutar pelo bom funcionamento das instituições. "Não dá para continuar mais com o modo como o Executivo se relaciona com o Congresso. É necessário promover reformas e, para isso, é necessário ter um diagnóstico correto do funcionamento do sistema de controle da corrupção", diz. Ele ressalta que a mobilização da sociedade é importante para que os parlamentares reformem a legislação.



Alberto Carlos Almeida: mobilização da sociedade é positiva, mas é preciso resolver o problema da impunidade

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 AGO 2011

VOCÊ É FISCAL

Veja algumas formas de auxiliar no combate à corrupção e auxiliar na fiscalização de políticos, juízes e autoridades:

AÇÕES ANTICORRUPÇÃO **Observatório da Corrupção**

No site, é possível denunciar casos de corrupção. A entidade promete levar denúncias aos responsáveis e pretende acompanhar o julgamento dos principais casos.
<http://observatorio.oab.org.br>

Movimento de Combate à **Corrupção Eleitoral (MCEE)**

Reúne diversos grupos organizados para fiscalizar as eleições. O MCEE acompanha a atuação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e auxilia o trabalho dos comitês estaduais em todo o Brasil. No site da entidade é possível aprender a montar um comitê de fiscalização.
www.mcce.org.br e (41) 3222-8740 (Comitê Estadual)

Transparência Brasil

Ajuda outras organizações civis a desenvolver métodos para controle do dinheiro público e as atividades de autoridades. No site, é possível consultar o histórico de parlamentares, quem financiou as campanhas, os processos a que respondem na Justiça e como gastam o dinheiro da verba de representação. Além disso, monitora o desempenho de ministros do STF e disponibiliza o Assistente de Licitações – ferramenta para resolver dúvidas e verificar se um edital de licitação obedece à lei.
www.transparencia.org.br

CPI da Corrupção

Site reúne assinaturas e manifestações de apoio para pedir a

instalação de uma CPI para investigar casos de corrupção.
<http://cpidacorrupcao.blogspot.com/>

Justiça Aberta

Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em que é possível consultar a produtividade de juízes. Traz ainda informações detalhadas de cartórios e de várias instâncias da Justiça.
www.cnj.jus.br/corregedoria/justica_aberta

GASTOS PÚBLICOS **Dados Gazeta do Povo**

Reúne informações sobre os gastos dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa e traz informações detalhadas sobre a série de reportagens Diário Secretos, que mostrou irregularidades no Legislativo paranaense.
www.gazetadopovo.com.br/dados

OUTROS SITES PARA **FISCALIZAÇÃO**

Governo federal

www.portaltransparencia.gov.br

Governo do Paraná

www.gestaodinheiropublico.pr.gov.br

Assembleia Legislativa

www.alep.pr.gov.br/transparencia

Prefeitura de Curitiba

www.transparencia.curitiba.pr.gov.br

Câmara de Curitiba

www.cmc.pr.gov.br/portal.php

Fonte: Redação.

CONTINUA

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

! “Enfim entrou no governo uma pessoa, uma mulher [Dilma], que tem a coragem de levar adiante a luta pela corrupção.”

Jovita Rosa, diretora do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.



25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Fruet defende afastamento de Derosso do cargo



Ex-allados e agora adversários políticos, Derosso sentou ao lado de Fruet na sessão em homenagem ao Movimento Focolares.

Ex-deputado afirma que o vereador deveria deixar a presidência durante as investigações

Chico Marés

■ O pré-candidato à prefeitura de Curitiba Gustavo Fruet (sem partido) defendeu ontem o afastamento do presidente da Câmara de Vereadores, João Cláudio Derosso (PSDB), do cargo. Fruet participou ontem da sessão plenária da Câmara, realizada para homenagear Chiara Lubich, do Movimento Internacional dos Focolares. O ex-deputado federal sentou-se ao lado de Derosso, na Mesa Executiva do plenário. Após a sessão, Fruet pediu a saída do tucano da presidência. Derosso responde a quatro denúncias de irregularidades.

Em seu discurso no plenário, Fruet foi ameno: defendeu uma “saída através do diálogo” para a situação, e pediu para que o movimento abençoasse os vereadores. O pré-candidato foi aplaudido por quase todos os presentes ao fim de seu discurso, mas Derosso não se manifestou. O presidente da Câmara é considerado por Fruet um dos responsáveis por sua saída do partido.

Depois da sessão, em entrevista à imprensa, o ex-deputado fez críticas mais pesadas ao momento pelo qual a Câmara passa. “Há certos hábitos da cultura política que não são mais aceitos. O que é ilegal, e há muitos indícios de práticas ilegais, tem que ser investigado pela Câmara”, disse. Fruet defendeu, também, que o presidente da Casa se afastasse do cargo enquanto corresse as investigações. “É necessário que não haja dúvida em relação ao acesso de informações e ao comportamento dos vereadores.”

Fruet também destacou que, em seu entendimento, a prefeitura também tem sua parcela de culpa em todo o processo. “Nunca Curitiba teve uma agenda negativa nacional tão grande como agora, e a prefeitura tem responsabilidade sobre isso. O recurso é público, o dinheiro é do povo e a prefeitura quem repassa à Câmara”, comentou.

O ex-deputado também criticou a falta de investigação, por parte da Câmara, dos contratos da própria prefeitura. “Isso [a crise] também se deve a uma opção que as Câmaras vêm adotando no Brasil de abrir mão de seu papel institucional. Por exemplo: perdeu a oportunidade de investigar a fundo a questão dos radares, não investiga o precatório de R\$ 30 milhões que será pago à [empresa de coleta de lixo] Cavo, não investiga um contrato de R\$ 100 milhões da prefeitura com o Instituto Curitiba de Informática”, afirmou.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

25 AGO 2011

Além do atual momento da Câmara, Fruet comentou também seu futuro político. De acordo com ele, não há um prazo definido para o anúncio de seu novo partido, mas a decisão deve ser anunciada no início de setembro. "Em função da agenda de outras pessoas, não consegui falar com alguns dirigentes. O importante é destacar que o grande objetivo é buscar uma legenda em que haja liberdade de atuação, que esteja em sintonia com minha trajetória política e, fundamentalmente, que tenha clareza para construir um projeto a favor de Curitiba", destacou.

Inesperado

Não só a presença de Fruet foi inesperada. Derosso não presidia uma sessão plenária desde o dia 10. A partir do início dos escândalos, o presidente da Casa só compareceu em plenário em outras duas ocasiões: no dia 2, segunda sessão desde início dos escândalos, Derosso fez um breve discurso e saiu às pressas. Já no dia 18, prestou depoimento para o Conselho de Ética, em sessão aberta. Em nenhuma ocasião o vereador falou com a imprensa sobre as denúncias.

IRREGULARIDADE

Conselho de Ética quer ouvir mulher de tucano sobre contratos

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba vai convidar a mulher do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), Cláudia Queiroz Guedes, para prestar depoimento. Cláudia é proprietária da empresa Oficina de Notícia, que prestou serviços de publicidade para a Câmara entre 2006 e 2011. Quando a empresa venceu a licitação, Cláudia era funcionária comissionada do Legislativo municipal.

Além de Cláudia, serão convocados a depor os membros da comissão de licitação de 2006 e o diretor administrativo e financeiro da Casa, tanto o de 2006 quanto os de 2008 e 2009 – anos nos quais foram realizados aditivos ao contrato. Segundo o presidente do Conselho, Francisco Garcez (PSDB), todos os depoimentos serão abertos aos vereadores e à imprensa. As datas devem ser decididas hoje.

Na terça-feira, Garcez anunciou que não haveria novas convo-

cações, mas ontem voltou atrás. "Mantenho meu pensamento de que o material é satisfatório. Agora, eu, como presidente, tenho de garantir que os vereadores tenham acesso a todas as informações que julgam ser necessárias", disse.

Representação

Durante a reunião de ontem, o conselho recebeu oficialmente também representação oficial da vereadora Professora Josete (PT) com denúncias referentes ao jornal Câmara em Ação, que teria sido publicado entre 2006 e 2011 e custado R\$ 14 milhões aos cofres públicos. Entretanto, o vereador Pastor Valdemir Soares (PRB) pediu que o processo fosse remetido à Procuradoria Jurídica da Casa, para analisar a possibilidade da denúncia ser apensada ao processo referente aos contratos de publicidade da Câmara – cujo relatório deve ser entregue no dia 1º de setembro. (CM)

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Fruet versus Derosso

¶ Pela primeira vez desde que foi forçado a sair do PSDB, o ex-deputado Gustavo Fruet se encontrou com o pivô desse acontecimento — o vereador João Cláudio Derosso. O encontro se deu ontem na Câmara Municipal de Curitiba, durante sessão em homenagem ao movimento católico Focolares do qual Fruet faz parte. Convidado a fazer parte da mesa, Fruet sentou-se ao lado de Derosso.

Após a solenidades, o ex-deputado tucano, pela primeira vez desde que eclodiram as suspeitas que pesam contra o presidente da Casa, defendeu o afastamento do indigitado vereador do cargo para facilitar as investigações. Fruet se disse coerente: quando deputado e membro de CPIs no Congresso, pediu também o afastamento de Renan Calheiros e de José Sarney da presidência do Senado enquanto durasse a apuração deles com irregularidades.

Fruet foi mais longe: lamentou que, após renunciar à obrigação de investigar o caso Consilux e o pagamento de precatórios para a empresa Cavo, a Câmara se vê forçada agora pela opinião pública a investigar atos suspeitos de seu próprio presidente. Com um detalhe: os valores envolvidos nas operações com publicidade são inferiores aos dispendidos pelo município nos dois outros casos que mencionou.

•••

Conforme profecias, os vereadores consideraram “muito satisfatório” o depoimento secreto de Derosso perante a Comissão de Ética. Ele negou irregularidades nos contratos de publicidade que firmou com a empresa de sua mulher, funcionária da Câmara quando da contratação. Foi dado o primeiro passo para livrar Derosso de maiores incômodos.

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

As digitais de Delazari

Quando secretário da Segurança no governo Requião, Luiz Fernando Delazari descobriu a pólvora ao afirmar, numa reunião com delegados, que impressões digitais eram fundamentais para identificar criminosos. Na ocasião, inspirado nos filmes policiais norte-americanos que costumava assistir, recomendou aos delegados que procurassem preservar cenas de crimes e que recolhessem diligentemente as digitais que pudessem ser encontradas.

Seria uma grande revolução num estado que, na sua gestão, deixava 70% dos crimes sem identificar os autores caso se, em seguida, Delazari tivesse providenciado a contratação de profissionais habilitados para lidar com digitais — no caso, os papiloscopistas, categoria e técnica pouco prestigiadas na estrutura da Polícia Científica.

Pois bem: não é que agora as digitais do ex-secretário Delazari

foram encontradas entre as fontes que distribuem informações sobre uso, supostamente indevido, de aviões privados por parte do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, e de sua mulher, a chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann? Sem exatamente lançar mão do trabalho de papiloscopistas, o Palácio do Planalto executou um trabalho de engenharia reversa para, ao final, identificar o dedo de Delazari na origem das notícias.

Esta identificação pode levar à descoberta de outro envolvido: Delazari é hoje funcionário do Senado, lotado no gabinete do senador Roberto Requião, conhecido desafeto de Paulo Bernardo. Ainda recentemente, foi condenado pela Justiça a pagar indenização de R\$ 100 mil ao ministro por ofensas que proferiu contra ele na “escolinha” televisiva que comandava durante seu governo. Seria o mandante?

Motorista é denunciado por queda

O Ministério Público de São Paulo denunciou, sob acusação de lesão corporal culposa, o motorista do carrinho que transportava o cadeirante Fernando Vasconcellos, 72 anos, de um avião até o saguão do Aeroporto de Congonhas, quando o idoso caiu da plataforma elevada, em dezembro de 2010. Na queda, Vasconcellos bateu a cabeça no chão e teve traumatismo, hemorragia e contusões. Ele está em coma desde então. Segundo o promotor José Cláudio Costa, o motorista Fabio Araújo Arosio, da Infraero, agiu com imprudência e negligência ao deixar de fixar a cadeira de rodas ao veículo e ao trafegar em “velocidade excessiva”, com o velocímetro quebrado. A pena, agravada pelo fato de o acusado ser motorista profissional, é de seis meses a três anos de prisão.

NOTA POLÍTICA

Atentado

O delegado de União da Vitória, no Sul do Paraná, Wagner Holtz Merege Filho, pediu novamente a prorrogação do inquérito policial sobre o atentado sofrido no dia 10 de junho pelos passageiros do carro do presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB). A decisão cabe ao juiz responsável pela Vara Criminal da cidade. A Polícia Civil ainda não tem pistas concretas do autor do tiro, que atingiu o veículo na PR-170, entre União da Vitória e Bituruna.

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA ELEITORAL

25 AGO 2011

Prefeito e vice de Paranaguá são cassados pelo TRE

Rodrigo Batista, especial
para a Gazeta do Povo

■ O prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT), e o vice Fabiano Vicente Elias (PSDB), tiveram os mandatos cassados pela Justiça Eleitoral ontem. De acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), os dois políticos da cidade do litoral do Paraná são acusados de uso indevido de meios de comunicação, abuso de poder político e

econômico, além de prática de conduta vedada a agentes públicos mediante propaganda irregular. Baka Filho e Elias ainda podem recorrer na decisão.

O TRE-PR não deu mais detalhes sobre a determinação, porque as investigações correram em segredo de Justiça. A representação partiu de Nélio Valente Costa e da Coligação Paranaguá de Volta ao Progresso (PSDC-PMDB-PRTB-PMN-PSB), cujo candidato, Mario Roque (PMDB), foi o segun-

do colocado na eleição.

De acordo com o documento, publicado no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-PR, o juiz Hélio Arabori considerou inválida a votação obtida no pleito de 2008 e determinou a posse do segundo colocado nas eleições municipais da ocasião.

Em nota divulgada pela assessoria de imprensa da prefeitura de Paranaguá, o prefeito e o vice disseram que respeitam a decisão judicial, mas que vão recorrer no caso.



Baka: punição pelo uso indevido de meios de comunicação na campanha.

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

ELIZABETH ACCIOLY

A Grande Família europeia em apuros

E constrangedor desconfiar dessa maneira dos membros da própria família, mas alguma medida rápida deve ser tomada, diante de tantas falcaturas que vão surgindo

Em 1957, a família europeia era composta por seis membros; em 2007, 50 anos depois, já somava 27, e, em breve, aos 30 deverá chegar.

Pois é, na Europa comunitária, os Estados já são “mais que as mães”, e assim fica difícil gerir essa *Grande Família*. Os Estados “Lineus” já se cansaram de carregar nas costas os Estados “Agostinhos”, que, nos últimos tempos, vão fazendo escola. E a matriarca União Europeia (UE), a “Dona Nenê”, vem tentando, sem êxito, apaziguar os ânimos da sua prole.

Esta é a maior crise de sempre. A Europa segue ao sabor dos ventos fortes, os Estados vão sendo atingidos pelas intempéries financeiras — Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha, Itália. O vendaval vai se alastrando pelos céus do velho continente.

Diante desse cenário, o casal real Sarkozy-Merkel, que continua sendo a voz uníssona da UE, comunicou aos membros da família, após uma reunião realizada em Paris em 16 de agosto último, algumas mudanças nas regras da casa, almejando acalmar os vizinhos: querem implementar limites de déficit e dívida obrigatórios nas Constituições dos Estados membros e também criar um governo econômico para vigiar os passos dos Estados “Agostinhos”. É constrangedor desconfiar dessa maneira dos membros da própria família, mas alguma medida rápida deve ser tomada, diante de tantas falcaturas que vão surgindo, que estão a colocar em risco toda a economia familiar, construída ao longo de décadas, com o suor de poucos e o gozo de muitos.

O maestro da orquestra invisível da UE, Hermann Van Rompuy, que exerce a presidência permanente do Conselho Europeu desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, foi convidado pelo casal real para tomar conta dos maus alunos. Será o “Professor Raimundo” dessa escolinha, responsável pelo novo conselho familiar — o governo econômico —, e terá por função reforçar a coordenação e a planificação financeiras diante da presente crise da dívida soberana que está a desestabilizar os 17 Estados que compõem a zona Euro. Aliás, foi boa a lembrança do nome de Van Rompuy, pois há de se dar alguma projeção ao novato maestro, ainda que tal atitude já seja vista como uma punhalada nos poderes da Comissão Europeia, conduzida pelo português Durão Barroso.

Nem se fale do outro cargo de topo, o Alto Representante para a Política Externa e Segurança Comum, uma espécie de Ministro das Relações Exteriores da União Europeia, também nascido no Tratado de Lisboa, porém sem a pompa e a circunstância que se imaginava. Tem o seu glamour apenas por ser conduzido por uma baronesa inglesa — a Lady Catherine Ashton. Para além desses dois novos pilotos recém-chegados, a frota ainda conta com outros dois: o presidente da Comissão Europeia e o presidente do Conselho de Ministros, este comandado semestralmente por um chefe de Estado ou de Governo dos 27, estando atualmente na cabine o primeiro-ministro polonês, Donald Tusk. Há, portanto, quatro pilotos no *cockpit*, pois nenhum deles quer passar para o banco de trás e assumir o papel de copiloto.

CONTINUA

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Não é sem razão que a comunidade internacional continua a não saber para quem telefonar, quando quer falar com a Família Europa, que ainda sofre de um déficit democrático e, mais grave, de falta de grandes líderes. Como disse o ex-presidente português Mário Soares, “A Europa é como o vinho, há anos em que a safra é boa e anos maus. Estamos a viver uma época de más safras”.

Jacques Delors, um dos grandes arquitetos da Europa unida, que esteve na presidência da Comissão Europeia, quando a UE seguia a velocidade de cruzeiro, nos idos 80 e 90 do século passado, reconhece a gravidade da crise do euro, que tem exigido dos seus dirigentes rapidez para apagar os incêndios que proliferam naquele continente, acesos pelos mercados e pela especulação.

A chanceler alemã e o presidente francês bem tentaram tranquilizar os mercados, mas as propostas vindas do Eliseu não foram suficientes para convencer os mercados da competência dos seus pilotos.

A crise está instalada. Há necessidade inadiável de remendar as rachaduras que insistem em abrir num dos pilares mais caros da União Europeia — a moeda única. A *Grande Família* europeia precisa encontrar urgentemente bons construtores, para trazer mais estabilidade à fundação da casa, sem esquecer de ter sempre à mão um atento e ágil corpo de bombeiros. Resta-nos aguardar pelos próximos episódios!

Elizabeth Accioly, professora da Universidade Lusíada de Lisboa, professora do Centro de Excelência Jean Monnet da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, professora do curso de mestrado da Faculdade de Direito de Curitiba (UnicuriTiba), é advogada no Brasil e em Portugal.

GAZETA DO POVO

GERALDO SERATHIUK 25 AGO 2011

O melhor caminho para a redução da criminalidade

A notícia de que o governo federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, convocou a Conferência do Trabalho Decente, por orientação da OIT, nos alegra pela iniciativa, por ser uma conquista histórica da luta do movimento sindical pela democracia.

O conhecimento adquirido pelo estudo e vivência no mundo do trabalho nos mostra que temos uma longa jornada para a construção de um mercado de trabalho mais humano e decente.

Vivemos num país dependente, onde a inclusão de trabalhadores na formalidade, recentemente, corrige distorções na estrutura do mercado de trabalho, mas ainda de forma incipiente e precária, pois estamos mal inseridos na divisão internacional do trabalho. Isso se prende ao fato de termos construído até aqui um projeto nacional de desenvolvimento, com independência tecnológica é industrial, incompleto, que não agrega valor suficiente à economia, para uma melhor distribuição de renda, que nos dê poupança interna e capacidade de investimento.

Em razão disso, 80% dos empregos gerados pagam menos de dois salários mínimos. Temos uma rotatividade de mão de obra criminosa, geradora de doenças emocionais e psicológicas, por não adotarmos a Convenção 158 da OIT, e ser intenso o uso da demissão imotivada; prática descabida do banco de horas e exagerado de horas extras; desemprego de aproximadamente 22% entre jovens e pobres, bem como dos jovens com diploma universitário e a expansão do uso da terceirização que precariza as relações de trabalho. Os trabalhadores do setor público estão desprotegidos e sem direitos de negociação por não adotarmos a Convenção 151 da OIT. O fator previdenciário achata os proventos e tira o poder

de compra dos aposentados. O sistema tributário incide sobre a renda e o consumo dos trabalhadores e não sobre o lucro e o patrimônio das elites. A legislação continua a proibir a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e por isso são altamente controladas por serem organizadas pelo setor empresarial, as Cipas organizadas em apenas 50% das empresas e Sesmt em apenas 20% das empresas, o que causa altíssimos níveis de acidentes e doenças decorrentes do trabalho na busca do aumento da produtividade. Temos um quadro de auditores para a fiscalização das normas do trabalho muito abaixo do número considerado necessário. E ainda não temos uma política de saúde e segurança do trabalho e tampouco um sistema público de emprego com recursos definidos em lei e na Constituição. O que faz a política de qualificação profissional e técnica ter poucos recursos, bem como outras políticas públicas, que sofrem contingenciamento, em face de atual política macroeconômica de juros, câmbio e de cumprimento da meta do déficit primário.

Por isso, os membros das Conferências Estaduais têm de compreender que precisamos exigir das instâncias governamentais do Poder Executivo e Legislativo a aprovação de novas legislações positivas aos trabalhadores, para a implementação de medidas favoráveis ao aperfeiçoamento do projeto nacional de desenvolvimento, para termos um país mais justo e um mercado de trabalho decente, que segundo a OIT se conceitua como "aquele que gera emprego adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna".

Geraldo Serathiuk, advogado, especializado em direito tributário pelo IBEJ/Pr. e MBA em Marketing e Estratégia pela UFPR.

25 AGO 2011

GAZETA DO POVO

THIAGO NOGUEIRA PINHO

Nova certidão de débito trabalhista

Foi sancionada a Lei de nº 12.440, no dia 7 de julho, que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, passando esta a ser exigida para que uma empresa possa se habilitar em uma licitação pública.

Dessa forma, com o advento da lei, para que as empresas possam se habilitar em licitações públicas, além de comprovarem regularidade fiscal, deverão demonstrar que inexistem débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da certidão negativa de débitos trabalhistas. Essa será expedida gratuita e eletronicamente por um sistema a ser definido.

Há muito tempo discute-se a criação de uma penalização para as empresas que não cumprem suas dívidas advindas de ações no âmbito da Justiça do Trabalho, tentando encontrar meios para tornar eficaz o cumprimento da sentença e consequente pagamento dos débitos decorrentes desta.

No âmbito judiciário trabalhista as partes litigam sobre verbas de caráter alimentício (salários, remunerações), as quais possuem proteção constitucional, em decorrência da sua importância para o sustento da vida dos trabalhadores e familiares.

Ocorre que muitas empresas, utilizando-se de artifícios ilegais, não só deixavam de pagar os valores liquidados em sentença transitada em julgado, como fraudavam posteriores execuções trabalhistas (deixando de movimentar valores

em contas bancárias para evitar bloqueios online, dilapidando o patrimônio da empresa etc.) tornando ineficazes as condenações.

Tendo em vista que não havia, até então, uma punição severa às empresas pelo inadimplemento dos débitos trabalhistas, essas continuavam com as suas atividades normais, frustrando o pagamento dos direitos trabalhistas.

Para diminuir essa impunidade das empresas, alguns tribunais regionais do Trabalho procuraram meios para tentar trazer uma maior eficácia às condenações contidas em sentenças (ou acórdãos) transitadas em julgado que não eram cumpridas. Exemplo disto é a medida adotada pelo TRT da 15.ª Região (Campinas-SP), o qual firmou um convênio com a Serasa, com o intuito de incluir as empresas que não quitavam os seus débitos trabalhistas no órgão de proteção ao crédito, acarretando transtornos para estas ao tentarem obter crédito na "praça".

Passados nove meses em vigência, o convênio foi cancelado, pois trouxe penalidades às empresas que extrapolavam a esfera patrimonial, criando punições que maculavam a imagem, a honra e o nome destas empresas, o que somente é permitido pela Justiça brasileira mediante lei.

Sancionada a Lei de nº 12.440/11, o governo normatizou uma punição às empresas que não quitam suas dívidas trabalhistas no âmbito da Justiça do Trabalho, impedindo que surjam alegações de que tal medida é ilegal, conforme ocorrido no caso do convênio firmado entre o TRT de Campinas

e a Serasa, tendo em vista que tal penalização foi instituída por lei possuindo total respaldo legal.

Ademais, as empresas que participam de licitações públicas são fiscalizadas para demonstrarem a inexistência de inadimplementos dos tributos, para, somente após isto, habilitarem-se em processos licitatórios. Sendo assim, por que não fiscalizar também o cumprimento por essas empresas dos seus débitos trabalhistas perante o judiciário para participarem de licitações?

Ora, após ganharem os processos licitatórios, as empresas utilizarão, a priori, mão de obra para a prestação dos serviços contratados, sendo dever do Estado fiscalizar o cumprimento das dívidas trabalhistas por essas empresas.

Esses débitos abrangem todos aqueles decorrentes do descumprimento de acordos firmados na esfera trabalhista ou proferidos em condenações transitadas em julgado nos autos dos processos trabalhistas.

Devem as empresas que se encontram com dívidas ativas decorrentes da Justiça do Trabalho e que participam de licitações públicas buscarem uma assessoria jurídica junto a escritórios de advocacia especialistas na área, com o fito de regularizar suas situações, evitando o impedimento de suas participações em futuros processos licitatórios, pois a Lei ora explanada entrará em vigor no prazo de 180 dias.

Thiago Nogueira Pinho, membro do escritório Furtado, Pragmácio Filho & Advogados Associados, em Fortaleza (CE).

GAZETA DO POVO

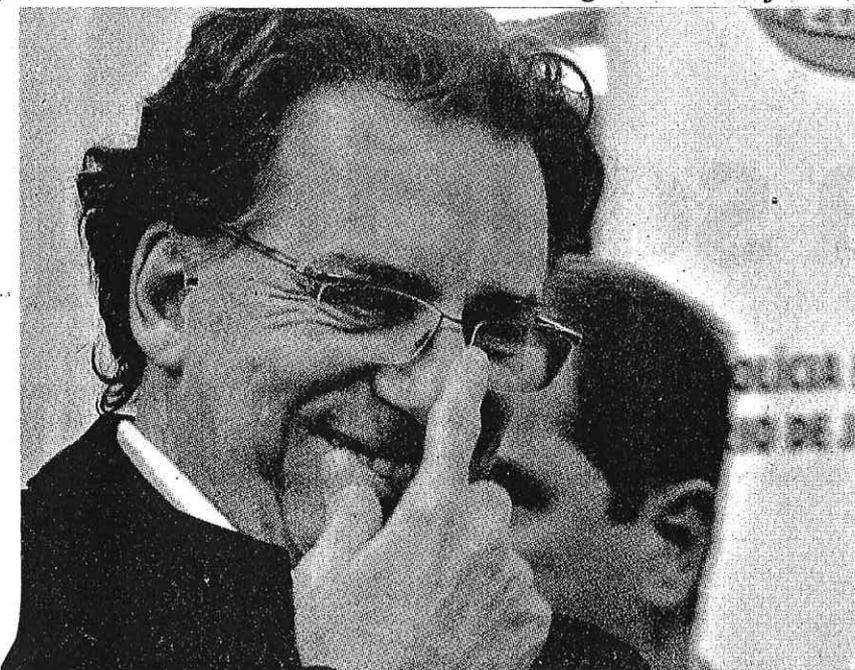
JUSTIÇA

25 AGO 2011

Cacciola recebe liberdade condicional no Rio de Janeiro

O ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola, de 67 anos, condenado a 13 anos de prisão pelos crimes de gestão fraudulenta e desvio de dinheiro público, conseguiu na terça-feira liberdade condicional. A decisão foi da juíza Natasha Maculan Adum Dazzi, da Vara de Execuções Penais (VEP), no Rio. Ainda não há informação sobre quando ele será liberado. Preso preventivamente em 2000,

Cacciola se beneficiou de um habeas-corpus para ir à Itália, onde tem cidadania, e de onde não voltou mais, mesmo tendo a prisão decretada novamente. Em 2008, viajou para Mônaco para assistir a um campeonato de tênis, onde voltou a ser preso e foi extraditado para o Brasil. Desde então, cumpre pena no presídio Pedrolino Werling de Oliveira, conhecido como Bangu 8, no Rio de Janeiro.



Condenado a 13 anos de prisão, Salvatore Cacciola ficou apenas três na cadeia.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Superpoderosas 25 AGO 2011

A presidente do Brasil, Dilma Rousseff, aparece em terceiro lugar na lista das 100 mulheres mais poderosas do mundo, divulgada ontem pela revista Forbes. Entre as 100 mulheres, estão políticas, empresárias e personalidades da mídia e do entretenimento. A lista é encabeçada pela chanceler da

Alemanha, Angela Merkel, de

57 anos, e em segundo lugar

está a secretária de Estado

norte-americana,

Hillary Clinton, de 63

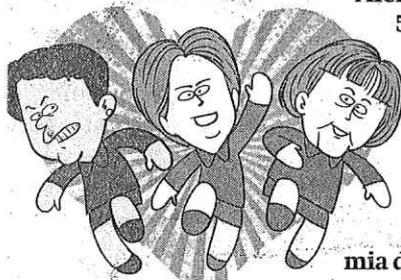
anos. A presidente brasileira,

de 63 anos, é descrita

como a primeira mulher a

comandar a maior economia

da América Latina.



TIAGORECCHIA

A 3ª MULHER MAIS PODEROSA DO MUNDO...



EI, SUPERDILMA, AJUDA A GENTE ARROMBAR ESTE COFRE?

TIAGORECCHIA



GAZETA DO POVO

INTERNET

25 AGO 2011

Deputado acusa Google por crime

CASCAVEL

Luiz Carlos da Cruz, correspondente

■ O presidente do Google no Brasil deve ser convocado para prestar explicações na Câmara dos Deputados sobre os crimes praticados na internet. O chamado será feito pelo deputado federal Sandro Alex de Oliveira (PPS-PR), presidente da Frente Parlamentar de Combates a Crimes na Internet.

O caso de um estupro coletivo contra uma adolescente de 14 anos em Cascavel, no Oeste do Paraná, foi a gota d'água para que o deputado tomasse a decisão de convocar a empresa. A garota foi estuprada por cinco jovens que filmaram o abuso e postaram o vídeo do crime na internet. As imagens ficaram cinco dias no Youtube e foram retiradas após a Polícia Federal solicitar ao Google, dono do site. "Essa empresa é solidária ao crime, de alguma forma ela cometeu um crime. Não é possível que um crime hediondo fique impune", afirma.

Um seminário sobre cidadania e segurança digital ocorreu ontem na Câmara dos Deputados. No evento, o delegado

Demétrius Gonzaga de Oliveira, do Núcleo de Combate aos Cibercrimes (Nuciber), da Polícia Civil do Paraná, apresentou um vídeo de cinco minutos com crimes praticados na internet e que ainda estão no ar.

O deputado reclama da dificuldade para obter informações e documentos do Google que, em muitos casos, remete os pedidos para a sede da empresa nos Estados Unidos. "O grande problema é que a internet parece ser uma terra sem lei. O Brasil não pode mais ser refém de bandidos escondidos atrás de um computador", afirma o parlamentar. Segundo o deputado, o Paraná é um dos estados com maior incidência de crimes cibernéticos.

Outrolado

O Google informou que não comenta casos específicos e diz que não é o responsável pela criação ou intenção dos conteúdos publicados. "O Google oferece uma plataforma tecnológica sobre a qual milhões de pessoas criam e compartilham seus próprios conteúdos. O uso indevido dessa liberdade é punido com a remoção dos conteúdos ilegais identificados", disse por meio de nota.

BESSA

"O crime maior é o estupro; mas, com a veiculação dessas imagens, a menor ficará marcada por toda a vida, porque elas já foram baixadas; vão permanecer na Internet e ninguém vai ser responsabilizado por isso, o que é um absurdo".

Deputado Sandro Alex (PPS-PR), sobre a veiculação do estupro de uma adolescente de Cascavel, por cinco jovens, no YouTube.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INVESTIMENTOS 25 AGO 2011

Judiciário recebeu 8 mi de novas ações no primeiro semestre

O Poder Judiciário recebeu, no primeiro semestre deste ano, 8,3 milhões de novos processos e julgou 7,5 milhões. Isto significa que nos primeiros seis meses do ano, o número de processos julgados correspondeu a 90,45% da quantidade de processos novos e que para cumprir a meta e evitar o crescimento do estoque, o Judiciário terá que aumentar o ritmo de julgamentos no segundo semestre. Ao estoque aguardando julgamento foram acrescentados mais 790 mil processos

Esses números fazem parte do relatório de metas divulgado na última segunda-feira (22/08) pelo Conselho Nacional de Justiça. O documento foi elaborado a partir das informações que os tribunais enviaram ao Conselho.

O relatório mostra que há variação de desempenho entre os ramos e instâncias da Justiça. Os tribunais superiores, por exemplo, julgaram mais processos do que receberam: chegaram às cortes superiores 178 mil processos e foram julgados 197 mil. Com isso, eles conseguiram julgar cerca de 20 mil processos a mais do que os distribuídos e abater parte do estoque, alcançando uma taxa de 110% de cumprimento. O melhor desempenho foi do Tribunal Superior do Trabalho, com 144,55% de cumprimento da meta. Já o Superior Tribunal de Justiça (95%) e o Superior Tribunal Militar (84%) ficaram abaixo da meta.

A situação muda nos tribunais regionais do Trabalho, que julgaram o correspondente a 97,59% da quantidade de processos distribuídos (1.278.069 distribuídos e 1.247.264 julgados). Os percentuais de cumprimento variaram de 79% no TRT da 23ª Região (Mato Grosso) a 107% no TRT da 9ª Região (Paraná).

De acordo com o levantamento, o quadro é semelhante na Justiça Federal: os tribunais regionais federais receberam 1.296.401 processos e julgaram 1.249.287 (96%). O pior desempenho foi do TRF da 1ª Região (85%).

Pontas da Tabela

O TJ-AC foi um dos grandes destaques do relatório obtendo bons resultados em três das quatro metas instituídas pelo Poder Judiciário Nacional. No que diz respeito à Meta 1 de 2011, por exemplo, o objetivo era criar “unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica”.

No ano passado foi criado o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica (NEGEST), responsável pelo acompanhamento da execução dos projetos, definidos no Planejamento Estratégico do Judiciário Acreano, aprovado em 2011. A nova ferramenta administrativa pretende facilitar a elaboração, a condução e a execução de todos os projetos definidos no Planejamento.

O Tribunal de Justiça também cumpriu integralmente a Meta 2 deste ano: “Implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal.” Além disso, alcançou o índice de 77% de cumprimento da Meta 3, que trata do julgamento de quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal. O índice conquistado pelo TJ-AC é considerado elevado, uma vez que se refere apenas ao primeiro semestre.

25 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça garante transferência de bolsista do Prouni

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região confirmou sentença que garantiu a um estudante beneficiado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) a transferência da bolsa do curso de Psicologia para o de Nutrição. Para a desembargadora federal Selene de Almeida, “não existe óbice legal ao deferimento do pedido” e, ao contrário, “há disposição legal que corrobora o direito à transferência do benefício”.

De acordo com a Agência Brasil, a desembargadora se baseou em artigo da lei do ProUni que permite, no momento de adesão da instituição ao programa, a permuta de bolsas entre cursos

e turnos, restrita a um quinto do total de benefícios oferecidos.

Ao recusar a transferência, a instituição usou como argumento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo a qual a transferência só poderia ocorrer em cursos de áreas afins.

O ProUni oferece bolsas de estudos que custeiam 50% ou 100% da mensalidade de alunos de baixa renda em instituições privadas de ensino superior. Para participar, é necessário ter cursado todo o ensino médio em escola pública ou estabelecimento privado com bolsa, além de atender aos critérios de renda do programa e atingir uma pontuação mínima no Enem.

Indicação de bem à penhora não afasta impenhorabilidade

A indicação de bem à penhora pelo devedor não implica renúncia ao benefício da impenhorabilidade prevista na Lei 8.009/90. O texto protege imóveis considerados bem de família e os móveis que o guarnecem.

O entendimento foi aplicado pela 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar recurso em que um executado no Rio Grande do Sul questionava a penhora de um televisor. A pena foi pedida em ação movida pela Caixa Econômica Federal. Tanto a primeira quanto a segunda instância garantiram a penhora do aparelho, afastando o benefício descrito na Lei 8.009/90. O STJ,

no entanto, revogou a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Segundo o relator do recurso, ministro Luis Felipe Salomão, a TV e outros “utilitários da vida moderna”, em regra, são impenhoráveis quando guarnecem a residência do devedor. Independente de ser essencial ou não à vida da família, a televisão não é “item suntuoso”, como obras de arte e adornos de luxo — cuja alienação judicial é permitida.

A indicação do bem a penhora pelo devedor, portanto, segundo Salomão, não implica na renúncia ao benefício da impenhorabilidade.

25 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

"TJ-RJ tem se antecipado ao crescimento no estado"

O Rio de Janeiro está em alta, não apenas pelos eventos esportivos que serão sediados na cidade, mas também pelos investimentos de grandes empresas no estado, sobretudo em infraestrutura. O Tribunal de Justiça do Rio já está se preparando para receber a demanda que esse boom de crescimento vai gerar. Quem conta é o presidente do TJ-RJ, desembargador Manoel Alberto Rebelo dos Santos, em entrevista para o Anuário da Justiça Rio de Janeiro 2011. "Em Itaboraí está sendo construído o Comperj [Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro], que vai ser uma das maiores refinarias de petróleo do Brasil. Isso significa que nós teremos uma explosão de crescimento em Itaboraí. Conseguimos com o prefeito do município um terreno de cerca de 10 mil metros quadrados, onde construiremos um Fórum", afirma.

Atento à questão ambiental, a atual administração pretende construir os novos fóruns de forma ecologicamente correta. "Terão teto verde, processo de captação de água da chuva para a jardinagem e lavagem de sanitários, energia solar, vidros transparentes nos locais onde não haja necessidade de uso intenso de ar condicionado. São sistemas que acarretam um aumento de 20% a 30% na construção da obra. No entanto, acredito que em quatro ou cinco anos, com a economia que vamos fazer já teremos compensado o que foi gasto a mais."

Na entrevista, o desembargador contou que pretende organizar concurso para preenchimento de 185 cargos de juiz, mas que se depara com dificuldades. "Como fui diretor-geral da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, o entendimento do Conselho Nacional de Justiça é de que não posso integrar a comissão do concurso nem a banca examinadora, mesmo sem ter dado uma aula."

Aposentadoria e salário são impenhoráveis, decide-TJ-RS

Os valores depositados em conta-poupança, até o limite de 40 salários mínimos, a aposentadoria e o salário são absolutamente impenhoráveis. Com base neste entendimento, a 1ª Câmara Especial Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul manteve sentença que levantou as penhoras do sistema Bacen Jud, em desfavor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). O acórdão é do dia 9 de agosto. Cabe recurso.

A autora da ação apresentou impugnação à fase de cumprimento da sentença pelo Banrisul, alegando que teve penhorado o valor de R\$ 8,5 mil, sendo que parte do dinheiro estava depositada na caderneta de poupança — o que viola o artigo 649, inciso X, do Código de Processo Civil (CPC). O restante estava em contas onde eram depositada a aposentadoria (Banrisul) e o salário (Caixa Econômica Federal). Por essa razão, requereu o efeito suspensivo para o levantamento de tais importâncias.

O juiz de Direito Hilbert Maximiliano Akihito Obara, da 5ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, julgou procedente a impugnação e determinou o levantamento das penhoras online, liberando as quantias bloqueadas pelo sistema Bacen Jud. Insatisfeito com a sentença, o Banrisul ingressou com Agravo de Instrumento no Tribunal de Justiça.

Em suas alegações, o Banco sustentou a nulidade da sentença, por ser citra petita (deixou de apreciar pedido expressamente formulado). Disse, também, que o saldo da poupança corresponde a um investimento financeiro que não se enquadra no disposto no artigo 649, inciso X, do CPC. Argumentou, por fim, que o valor bloqueado não se efetivou à penhora; portanto, não seria cabível a impugnação.

CNJ avalia internação de menores infratores em Alagoas

Superlotação, instalações precárias e ausência de projeto pedagógico ou profissionalizante foram alguns dos problemas encontrados pela equipe do Programa Justiça ao Jovem, do Conselho Nacional de Justiça, nas unidades de internação de menores infratores em Alagoas. Uma equipe de juízes e técnicos do CNJ visitou o estado em outubro do ano passado e fez um relatório que traça diagnóstico do sistema socioeducativo alagoano. O Programa Justiça ao Jovem foi criado pelo CNJ em junho do ano passado para avaliar a execução das medidas socioeducativas aplicadas aos menores infratores nas unidades de internação existentes em todo o país. Desde então, as equipes do CNJ já passaram por praticamente todos os estados brasileiros — à exceção de São Paulo, onde as visitas deverão ser concluídas até outubro.

De acordo com a coordenação do programa destacam-se, dentre os vários problemas encontrados em Alagoas, superlotação e desarranjos na estruturação e localização das unidades de internação, “o que torna deficiente o sistema para execução da internação”, conforme enfatiza o relatório — que é assinado por Reinaldo Cintra, juiz auxiliar do CNJ e coordenador do Programa Justiça ao Jovem.

Existem, ao todo, cinco unidades de internação em Alagoas, todas concentradas na capital Maceió. “Como boa parte das famílias dos adolescentes reside no interior do estado, se torna quase impossível o trabalho de criação e restauração dos vínculos familiares”.

Outra constatação diz respeito à arquitetura das unidades de internação, que remetem ao sistema prisional e não contam com a devida manutenção. “Alojamentos destruídos em rebelião ocorrida em 2009 não foram, pelo menos até o final de 2010, recuperados”, ressaltaram os integrantes da equipe do Justiça ao Jovem.

25 AGO 2011

Empresários querem regulamentar aviso prévio

As confederações empresariais solicitaram ao Supremo Tribunal Federal que notifique o Congresso fixando prazo para que regule a proporcionalidade do aviso prévio, abstendo-se de fazer a regulamentação. A proposta foi feita em documento de 13 páginas subscrito pelos presidentes de cinco confederações e entregue ao ministro Gilmar Mendes na quarta-feira, (17.08).

Participaram da audiência os presidentes da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Braga de Andrade; CNT (Confederação Nacional dos Transportes), Clésio Andrade; Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Murilo Portugal, e o presidente em exercício da CNC (Confederação Nacional do Comércio), José Roberto Trastos. Assinam ainda o documento a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e a Consif (Confederação Nacional do Sistema Financeiro).

“Esperamos que o ministro leve em conta a nossa proposta na hora de decidir”, afirmou Robson Andrade após a audiência. Gilmar Mendes é o relator de mandados de injunção (decisão em caso específico na falta de norma regulamentadora) sobre a proporcionalidade do aviso prévio.

Em sessão no dia 22 de junho último, o STF decidiu, por unanimidade, ao julgar processos movidos por ex-funcionários da Vale, que o aviso prévio, instituído no inciso XXI do artigo 7º da Constituição, é proporcional ao tempo de serviço, e não de 30 dias, conforme o entendimento vigente até então.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

25 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ParanaPrevidência recebe certificação inérita no País

A ParanaPrevidência é o único regime próprio de previdência no Brasil certificado com a ISO 9001/2008. A certificação – emitida no mês passado pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) – é válida até 2014 e está diretamente relacionada à qualidade do atendimento nas áreas de concessão e manutenção de benefícios. A ParanaPrevidência atende os servidores do Estado, aposentados e pensionistas.

“A certificação da instituição na ISO 9001/2008 representa o nosso ingresso num seleto grupo de organizações, do Brasil e do mundo, que têm o reconhecimento internacional de atendimento aos requisitos de seus clientes e que dirigem seus esforços buscando exceder às suas expectativas atuais e futuras”, explica o diretor-presidente da ParanaPrevidência, Jayme de Azevedo Lima.

De acordo com ele, a meta agora é manter a certificação recebida e promover a melhoria contínua da instituição, visando a satisfação dos clientes. “Nenhum dos outros

regimes próprios de previdência possui esta certificação, a ISO 9001, versão 2008. Isso nos dá uma responsabilidade ainda maior perante a nossa clientela, principalmente no sentido de manter a qualidade dos serviços que prestamos”, afirma Jayme.

Para isso, a ParanaPrevidência implantará novos projetos relacionados à qualidade. O objetivo é definir uma nova estrutura organizacional que permita reduzir o tempo de atendimento às demandas da clientela, por meio do aumento da produtividade nos principais processos de trabalho e implantação de novos sistemas de gestão, para atender aos aspectos de saúde, segurança e meio ambiente de trabalho.

“O compromisso expresso na política da qualidade da instituição representa um diferencial na gestão organizacional, porque mostra publicamente a intenção de melhoria contínua das atividades aqui desenvolvidas, com a intenção de aumentar a satisfação dos clientes”, destaca o diretor-presidente.

FÁBIO CAMPANA Cassado

O prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT), já recorreu da decisão judicial que cassou seu mandato. Pelo fato de ser decisão de primeira instância, utilizará todos os recursos disponíveis aos quais tem direito, como qualquer cidadão. O prefeito foi reeleito em 2008.

FÁBIO CAMPANA Júri

Os dois acusados de matar a estudante Amanda Rossi, dentro de uma Universidade em Londrina vão a júri popular no dia 30 de setembro. O crime ocorreu em 2007. Amanda foi encontrada morta dentro da casa de máquinas da piscina da Unopar. Ela ficou desaparecida por dois dias e a última vez que havia sido vista foi em uma festa dentro da instituição. A polícia concluiu que a jovem foi ferida no rosto e esganada. Dayane de Azevedo e Alan Aparecido Henrique vão a júri popular quatro anos depois do assassinato.

25 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Pressão faz parlamentares deixarem reforma de código

Réu no mensalão, João Paulo presidiria comissão e Eduardo Cunha seria relator de nova lei de Processo Civil

Críticas internas na Câmara e externas de entidades civis forçaram a troca de comando da comissão especial criada para elaborar o novo Código de Processo Civil.

Os dois indicados para os cargos mais importantes da comissão, deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deixaram ontem a presidência e a relatoria, respectivamente.

Réu em processo que julga o mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), João Paulo argumentou que não queria "criar confusão" e que a comissão estava começando com a "embocadura meio errada".

O saída de Eduardo Cunha da relatoria, precedida por um diálogo ríspido com o líder de seu partido, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), seguiu outro processo, que contou com a intervenção direta do vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB),

No início da noite, depois de negociar com o PT, o líder peemedebista informou que o presidente da comissão será o deputado Fábio Trad (PMDB-MS) e o relator o deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA).

A indicação de Barradas é uma forma de o petista sair da disputa pela vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) e permitir que o PT negocie o apoio a outro nome com as legendas da base.

Eduardo Cunha deixou o cargo sem ceder. "O líder indica e tira quando quer. Não renunciei.

Minha posição não pode ser igual à de João Paulo Cunha. Eu não sou réu", disse. Durante todo o dia, o peemedebista resistia. "Quero que alguém venha aqui me dizer que não tenho qualificação para relatar a matéria."

No início da tarde de ontem, Henrique Alves mostrava a dificuldade de afastar o peemedebista em uma conversa por telefone, no café anexo ao plenário da Câmara, presenciada pelo Estado e por assessores e parlamentares que estavam no local.

Alves pedia a Eduardo Cunha que deixasse de ser "arrogante". Ele reclamou: "Você está pensando só em você", disse o líder. Na conversa, Henrique Alves dizia ao correligionário que a desistência de João Paulo havia agravado a situação. "É grave, Eduardo, é grave", repetia o líder. Ele também avisava que não iria "comprar uma briga com a sociedade brasileira por causa de uma relatoria".

Cunha negou ter ouvido expressões duras de Henrique Alves na conversa por telefone.

A indicação do relator se transformou em um dos motivos de crise na bancada do PMDB. Parte do partido, que luta por espaço na Casa, ficou insatisfeita por não ter sido ouvida pelo líder antes da escolha. Além disso, deputados integrantes desse grupo disseram que Cunha carrega a imagem de um PMDB "fisiologista", que eles procuram afastar. Somado a isso, o peemedebista passou a enfrentar forte resistência de instituições da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

● Briga com a sociedade

HENRIQUE ALVES

LÍDER DO PMDB QUE INDICOU EDUARDO CUNHA PARA O CARGO
“(Não vou) comprar uma briga com a sociedade brasileira por causa de uma relatoria”

Advogados defendem relator jurista

O Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) programou para a noite de ontem uma reunião de seu plenário para aprovar uma "nota de desagrado" com a indicação do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ) para relatar na Câmara a reforma do Código de Processo Civil.

Segundo o advogado Cândido de Oliveira Bisneto, da Comissão de Processo Civil da entidade, o anúncio da escolha de Eduardo Cunha pelo líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), causou "o maior impacto" entre advogados, porque o parlamentar não tem formação jurídica.

Bisneto evitou criticar o deputado pelo Rio por outros motivos e afirmou que, com o anúncio do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) de que desistira de presidir a Comissão Especial que tratará do projeto, "metade do problema" foi resolvida.

"De qualquer maneira, o problema maior é o Eduardo Cunha. Por todas as razões, mas vamos falar apenas da questão de ele não ser formado em direito", afirmou Bisneto, cuja comissão no IAB tem como missão acompanhar a reforma. "A nomeação causou o maior impacto. Está todo mundo perplexo."

Além do IAB, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já havia se manifestado contra a indicação de Cunha. A entidade defende um "deputado jurista" para a relatoria.

25 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Acordo para demissão em Itaipu rendeu R\$ 145 mil a Gleisi

Ministra pediu para deixar diretoria em 2006 para disputar Senado, mas foi exonerada e, com isso, recebeu multa e FGTS

BRASÍLIA

Ao conseguir ser “demitida” de um cargo público, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, recebeu pelo menos R\$ 145 mil. Em 29 de março de 2006, ela foi “exonerada” do cargo da diretoria financeira de Itaipu Binacional. Só que a ministra saiu da função na época porque quis: ela saiu candidata ao Senado naquele ano, mas não foi eleita.

Por meio de um acordo com o comando de Itaipu, Gleisi trocou a “exoneração a pedido”, o que de fato ocorreu, pela “exoneração”, ou seja, demissão. Com isso, recebeu, além de férias proporcionais, entre outros, os 40% de indenização sobre o saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), além de poder sacar o próprio FGTS.

• Remuneração

R\$ 41.829,79

foi o valor recebido a título de multa de 40% sobre o FGTS

R\$ 31 mil

era o salário bruto de Gleisi como diretora financeira de Itaipu

A assessoria da ministra confirmou ao Estado que ela recebeu a multa de 40% relativa ao FGTS no valor de R\$ 41.829,79. Foi informado ainda que ela sacou o fundo, mas Gleisi se recusou a revelar o valor. Pelo cálculo em cima dos 40%, a ministra teria pelo menos R\$ 104 mil de FGTS. Ou seja, o “acerto” com Itaipu rendeu a ela cerca de R\$ 145 mil em 2006.

A exoneração de Itaipu foi publicada no *Diário Oficial da União* no dia 29 de março de 2006, dois dias antes do prazo final de desincompatibilização. O dinheiro entrou na conta de Gleisi quando ela já era pré-candidata ao Sena-

do, mas sua assessoria nega que o recurso tenha sido investido para esse fim. A ministra também não quis explicar por que não pediu a exoneração. Quando deixou Itaipu, sua remuneração bruta era de R\$ 31 mil.

A Itaipu informou que, por ser binacional, a empresa tem “regime trabalhista próprio”. Esse modelo é similar à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o que garante aos funcionários direito ao FGTS e à multa rescisória. Segundo a empresa, desde 1990 esse direito foi estendido aos diretores.

Também ex-diretor de Itaipu, o deputado Rubens Bueno (PPS-PR) disse ter recebido proposta para ser exonerado quando pediu para sair da empresa, em junho de 2004. Bueno, porém, preferiu recusar a oferta da binacional, que chegaria a R\$ 50 mil.

“Cargo público não é para ganhar dinheiro, por isso eu falei que não queria fazer isso”, disse. A exoneração dele foi “a pedido” e, portanto, sem ônus para a empresa e para o FGTS.

25 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Defesa de empresário vai ao STJ contra Alquimia

Advogado de Ismael Cavalcanti, irmão de Paulinho Metanol, principal alvo da PF, pede habeas corpus

Uma semana depois de prender 23 acusados por suposto esquema de sonegação de R\$ 1 bilhão, a Operação Alquimia bate às portas do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Hoje, a defesa do empresário Ismael César Cavalcanti Neto vai ingressar com habeas corpus perante o tribunal superior requerendo a cassação da ordem que o mantém detido no presídio de Salvador. Ismael é irmão de Paulo Cavalcanti, o Paulinho Metanol, principal alvo da Polícia Federal.

O advogado Roberto Freire Jr., que defende o irmão de Paulinho, decidiu recorrer ao STJ porque não conseguiu liminar em habeas corpus impetrado junto ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF1). O juiz Marcus Vinícius Reis Bastos não acolheu os argumentos da defesa e manteve preso Ismael. Outros três investigados, que também pediram liberdade ao TRF1, não tiveram êxito.

Ismael está sob regime de prisão temporária. A Justiça de Juiz de Fora (MG), que desencadeou a Alquimia, mandou prendê-lo por 5 dias, prazo prorrogado por mais 5 dias. "Pensamos que as instituições de persecução penal já compreendem a situação jurídica diferenciada de meu cliente. Ele (Ismael) não mantém qualquer relação de negócios ou empresarial com o irmão. Acredito que antes de sexta-feira estará concedida a liberdade a um homem inocente", disse Freire Jr.

A Justiça, ao renovar a ordem de prisão contra Ismael Cavalcanti e outros investigados, assinalou sobre a importância de "evitar a atuação do suposto grupo de comando e funcionários mais graduados da organização criminosa no comprometimento da prova". Ao delegado Ricardo Ruiz, da PF, Ismael disse que é administrador de quatro empresas e proprietário de outras duas no setor de transporte químico. Afirmou que não tem contato comercial com o irmão.

Para Freire Jr., é "ilegal" a renovação da prisão temporária de seu cliente. Ele argumenta que a necessidade de depoimentos dos envolvidos e acareações não são motivo para manter o empresário sob custódia. "O decreto judicial que determina a segregação cautelar deve estar calcado em base empírica idônea a demonstrar as razões pelas quais as investigações não podem prosseguir sem adoção da referida medida", salientou.

O defensor pondera que "a hipótese de prisão temporária para atender a necessidade do completo mapeamento de uma suposta organização criminosa é criação teórico doutrinária fantástica".

SÔNIA RACY Claro escuro

A Defensoria acaba de entrar Justiça contra a Eletropaulo. Em ação coletiva, pede indenização moral de R\$ 10 milhões por causa de apagões na capital. O núcleo de Defesa do Consumidor também quer ressarcimento para quem comprar equipamentos estragados graças às quedas de energia.

Por fim, solicita ao juiz que seja imposto prazo de quatro horas para o restabelecimento da energia.

25 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Cacciola ganha direito a liberdade condicional

Protagonista de um dos maiores escândalos financeiros da história do País, ex-dono do Banco Marka estava preso em Bangu 8, no Rio, desde 2007

Depois de quase quatro anos de prisão, o ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola, de 67 anos, conseguiu na Justiça do Rio de Janeiro o direito a cumprir o restante de sua condenação em liberdade condicional. A expectativa do advogado do ex-banqueiro, Manuel Jesus Soares, é que ele seja solto hoje para cumprir em casa o restante de sua condenação de 13 anos de prisão por crimes de gestão fraudulenta e desvio de dinheiro público.

Até o fechamento desta edição, a Secretaria do Estado de Administração Penitenciária (Seap) do governo do Rio de Janeiro não havia recebido a documentação necessária para liberação de Cacciola.

Protagonista de um dos maiores escândalos financeiros do País, o ex-dono do Banco Marka foi acusado de coordenar uma operação de socorro irregular do Banco Central que teria provocado um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos.

Preso preventivamente em 2000, Cacciola se beneficiou de um habeas corpus para fugir para a Itália, onde tem cidadania. Foragido, o ex-banqueiro foi condenado em 2005 a 13 anos de prisão.

Em 2007, ele viajou para o Principado de Mônaco com a namorada para assistir a um campeonato de tênis, onde foi localizado pela Interpol (polícia internacional) e extraditado para o Brasil.

▼ Pena

Cacciola foi condenado a 13 anos de prisão em 2005. Ele chegou a ficar preso preventivamente em 2000, mas se beneficiou de um habeas corpus e fugiu para a Itália, onde tem cidadania.

Desde então, Cacciola cumpre pena no presídio Pedrolino Werling de Oliveira, conhecido como Bangu 8, no Rio de Janeiro.

Em julho, a pena do ex-banqueiro foi reduzida em um quarto, por decisão da juíza Roberta Barrouin Carvalho, da Vara de Execuções Penais.

Com a redução, o ex-dono do Banco Marka já teria cumprido um terço de sua pena, o que abriu caminho para pedido de livramento condicional, regime no qual ele cumpriria em liberdade o restante de sua condenação.

Soares lembrou que seu cliente já cumpriu mais de três anos de prisão.

Segundo o advogado, a concessão do livramento condicional foi favorecida pelas condições de Cacciola como prisioneiro. "Ele já cumpriu um terço da pena, tem bom comportamento. Portanto, tem direito a pedir livramento condicional, como qualquer outro preso", afirmou.

O Ministério Público Estadual do Rio já havia se manifestado contra a redução da pena do ex-banqueiro. Em março, conseguiu impedir um pedido de redução de pena de Cacciola feito pelos advogados de defesa.

O pedido de redução de pena foi solicitado pelos advogados de defesa com base no decreto presidencial 7.420, de dezembro de 2010, que reduz em um quarto a pena de condenados com mais de 60 anos que não tenham praticado crimes hediondos.

25 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia estoura escritório de bicheiro suspeito de mandar executar juíza

A Polícia Civil do Rio estourou ontem em São Gonçalo o escritório de contabilidade do bicheiro Luis Anderson de Azeredo Coutinho, o Anderson Bicheiro, suspeito de ser o mandante da execução da juíza Patrícia Acioli (foto), morta com 21 tiros na porta de casa, em Niterói, dia 11. Ele teria ameaçado a magistrada de morte há dois anos.

Em escuta telefônica autorizada pela Justiça e feita pela Polícia Federal em julho de 2009, Anderson disse ao interlocutor que “uma bomba iria explodir

FREDERICO ROZARIO/AGÊNCIA O GLO



em São Gonçalo e a pessoa que bate o martelo vai chorar lágrimas de sangue”. Julgado por homicídio, o bicheiro teve prisão preventiva decretada por Patrícia, que atuava na 4.ª Vara Criminal de São Gonçalo.

25 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Caminho errado

Surgem indícios de que as mortes de seis criminosos que tentavam roubar caixas eletrônicas, em alegado confronto com PMs na zona norte de São Paulo, foram, na verdade, homicídios premeditados contra bandidos dominados.

Uma câmera de segurança que poderia ter registrado a ação foi virada para a parede pelos policiais antes dos disparos. O exame de 71 fotografias do local do crime, realizado por um perito independente, sinaliza que os bandidos não tiveram chance de defesa —a maioria dos tiros foi na cabeça, e há ferimentos nas mãos, que indicam tentativa de proteger-se. Os PMs envolvidos na ação pertencem à Rota, grupo especial da corporação, e ao 18º Batalhão, sediado na Freguesia do Ó.

A atuação da polícia paulista, em conjunto com o Ministério Público e o Judiciário, ajudou a diminuir a criminalidade no Estado ao longo da última década. A taxa de homicídios, que já foi de 35 para cada 100 mil habitantes em 1999, atinge hoje seu mais baixo patamar histórico, com menos de 10 mortes na mesma comparação.

Já nos delitos contra o patrimônio, os resultados têm sido medíocres. A taxa de roubos, que era de 604 para 100 mil habitantes em 1999, fechou o ano passado em 565 (queda modesta, de 6,5%). A trajetória em zigue-zague ao longo

dos anos —o índice foi de 527 em 2007— não permite inferir nenhuma tendência firme de queda.

Se forem confirmadas as suspeitas de abuso policial no caso da zona norte, não terá sido mera coincidência sua ligação com um tipo de crime contra o patrimônio em voga. Neste ano, ocorreram mais de 500 roubos de caixas eletrônicas no Estado. Quando falham os métodos legítimos e eficazes da polícia para inibir esses crimes —a investigação, a prisão de suspeitos, a dissolução de quadrilhas e o trabalho de inteligência—, abrem-se brechas para um velho vício de uma parcela da PM paulista, a violência excessiva.

Dar recados homicidas a quadrilhas de assaltantes não resolve o problema. Mesmo que fosse solução, seria preciso recusá-la, em nome da proteção de toda a sociedade contra atos arbitrários de uma força legalmente armada.

O declínio dos homicídios é eloquente a respeito de como combater a criminalidade com eficiência. Quando o Estado, à custa de muito investimento, se capacitou para investigar, prender, sentenciar e manter presos os condenados, os índices baixaram. Não será diferente no caso dos crimes patrimoniais. Mas aqui será preciso enfrentar também os problemas da corrupção policial, de um lado, e do abuso de violência, do outro.

25 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

VALDO CRUZ

(Des)cumpra-se

BRASÍLIA - Fiquei sabendo por meio de uma decisão judicial que o funcionamento dos serviços públicos do Senado, acredite, corria risco de ficar inviabilizado e estava prestes a ficar de joelhos.

Sabe o motivo? Cerca de 500 servidores daquela Casa estavam proibidos de ganhar acima do teto salarial fixado na Constituição, de R\$ 26,7 mil, a remuneração dos ministros do Supremo.

Realmente, convenhamos, a coisa era grave. Esses servidores não teriam a mínima condição de arcar com seus gastos ao verem seus salários limitados a R\$ 26,7 mil e fariam greve, afetando o funcionamento do Senado.

O risco era tão real que a cúpula da Casa recorreu contra a decisão e livrou esses funcionários da garfada em seus contracheques. A partir de agora, ufa, podem voltar a receber seus supersalários. E os eleitores podem dormir tranquilos, que o Senado não vai parar.

Ironias à parte, já ouvi falar que decisão judicial não se discute,

cumpra-se. Mas é impossível concordar com a decisão em questão. Tecnicamente, pode estar até dentro da lei. Mas alegar que a proibição punha de joelhos o normal funcionamento dos serviços do Senado parece mais gozação.

O maior absurdo, por sinal, não está nem na disputa judicial. Está na existência de supersalários no serviço público federal, num país onde a renda per capita mensal não chega a R\$ 1.600. Supersalários bancados pelo dinheiro do contribuinte—que, posso estar enganado, seria totalmente contrário a essa farra se fosse chamado a opinar.

Não por outro motivo, falta ao Senado transparência no caso. Ninguém sabe exatamente quantos são os supersalários e por que são tão elevados. Isso depois de a Casa ter prometido inúmeras vezes promover uma reforma administrativa. Conversa fiada.

O fato é que a cúpula do Senado não demonstra real disposição para acabar com a farra. Afinal, muitos ganham seus supersalários.

FOLHA DE S. PAULO

STF decide que todo Pará vai a plebiscito

População irá às urnas em 11 de dezembro para votar sobre a divisão do Estado e a criação de Tapajós e Carajás

Para os ministros, todos que vivem hoje no Pará serão 'diretamente afetados' com a possível criação das regiões

25 AGO 2011

Apesar de não tratar especificamente sobre o caso, o STF (Supremo Tribunal Federal) definiu ontem que toda a população do Pará deve ser ouvida no plebiscito sobre a divisão do Estado para a criação de Tapajós e Carajás, e não só a parcela dos cidadãos que poderá integrar as novas regiões.

Os ministros entenderam, por 8 votos a 1, que todos que hoje vivem no Pará serão "diretamente afetados" com a possível criação dos novos Estados e, portanto, devem se pronunciar.

O único que votou de forma diferente foi o ministro Marco Aurélio Mello. Ele avaliou que toda a população nacional é afetada e, assim, deve ser ouvida.

Para o relator do caso, ministro José Antonio Dias Toffoli, apenas o povo do Estado é "diretamente interessado". "Para a população dos demais Estados, a separação também é relevante, mas essa população é indiretamente interessada e irá se manifestar por meio de seus representantes quando o caso for analisado pelo Congresso Nacional", disse.

O tribunal não analisou o caso específico do Pará, mas o entendimento serve para o plebiscito que irá ocorrer em 11 de dezembro.

Como ficariam os novos Estados

Tapajós
MUNICÍPIOS 27
POPULAÇÃO
1,3 milhão

Carajás
MUNICÍPIOS 39
POPULAÇÃO
1,6 milhão

Pará
MUNICÍPIOS 78
POPULAÇÃO
4,6 milhões

O Supremo julgou uma ação direta de inconstitucionalidade proposta por Goiás em 2002, quando discutia a criação de um município.

A ação pedia, entre outras coisas, que apenas a população que poderá integrar uma nova cidade, ou um novo Estado, é "diretamente afetada" e somente ela deveria ser ouvida. "Negar à população remanescente [o direito de opinar] não é a melhor forma de garantir a soberania popular", disse Toffoli.

"Não entendo como toda população do Pará [por exemplo] não será afetada [com a divisão do Estado]", afirmou o colega Ricardo Lewandowski. Já a ministra Cármen Lúcia avaliou que o povo do Pará tem que dizer se concorda com a redução de seu "patrimônio cidadão". Carlos Ayres Britto concordou, ao dizer que devem ser ouvidos aqueles que serão "desfalcados de uma parte de seu território".

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também já havia decidido que toda a população deve ser ouvida.

NOVOS ESTADOS

Eleitores do Pará vão às urnas em 11.dez para votar no plebiscito sobre a divisão do Estado



25 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça do Rio concede liberdade ao ex-banqueiro Salvatore Cacciola

Ex-dono do Marka terá de manter casa fixa e não poderá deixar país

O ex-banqueiro Salvatore Alberto Cacciola, 65, teve pedido de liberdade condicional aceito pela Justiça e poderia ser solto ainda ontem.

Cacciola foi condenado em 2005 pela 6ª Vara Federal Criminal a 13 anos de prisão por peculato e gestão fraudulenta de instituição financeira.

Ele era dono do banco Marka, que foi socorrido pelo Banco Central durante a má-desvalorização do real, em 1999, num episódio que custou R\$ 1,6 bilhão ao erário.

Preso preventivamente em 2000, ele recebeu habeas corpus do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, e fugiu para a Itália, país do qual tem cidadania. Por esse motivo, teve a extradição para o Brasil negada.

Em setembro de 2007, foi preso pela Interpol em Mônaco, numa viagem a passeio, e foi extraditado ao Brasil em

julho de 2008. Desde então, cumpria a pena no complexo penitenciário de Bangu.

Anteontem, a juíza Natácha Maculan Adum Dazzi, da Vara de Execuções Penais do Rio, concedeu a liberdade condicional a Cacciola.

Ela contrariou manifestação do Ministério Público, que considerava que o ex-banqueiro não poderia ser beneficiado já que seu caso não transitou em julgado.

A Justiça do Rio levou em consideração o fato de Cacciola ter cumprido um terço da pena e ter tido bom comportamento no último ano.

Cacciola terá que manter residência fixa (deve ficar na casa da namorada) e não poderá deixar o país. Ele terá de se apresentar regularmente ao Tribunal de Justiça e não terá de usar a tornozeleira eletrônica, que monitora presos no regime semiaberto.

ENTENDA O CASO

Ex-banqueiro Salvatore Cacciola foi condenado por peculato e gestão fraudulenta



AJUDA SUSPEITA

Em jan.1999, o banco Marka, de Cacciola, recebe ajuda financeira do Banco Central



PRISÃO NO BRASIL

Em jun.2000, é preso preventivamente pela Polícia Federal



FUGA

Cacciola é solto em 14.jul.2000, com habeas corpus concedido por Marco Aurélio Mello, presidente interino do STF. Sai do país no mesmo dia



EXÍLIO

O banqueiro vai para a Itália e passa a ser procurado pela Interpol



CONDENAÇÃO

Ainda foragido, é condenado em 2005 a 13 anos de prisão



PRISÃO EM MÔNACO

Em set.2007, é preso pela Interpol em Mônaco. Em jul.2008, é concedida sua extradição ao Brasil



LIBERDADE CONDICIONAL

Após três anos presos em Bangu 8, tem a liberdade condicional concedida pela Justiça

FOLHA DE S. PAULO

OAB quer acesso ao inquérito do caso Rota

Presidente afirma que suspeitas são gravíssimas

A Comissão de Direitos Humanos da OAB de SP vai pedir acesso às investigações do suposto atentado contra o prédio da Rota, em 2010.

Segundo seu presidente, Martim de Almeida Sampaio, são graves as suspeitas levantadas pelo relatório de inteligência da Polícia Civil, que põe em dúvida a veracidade da versão oficial.

Parte do relatório foi divulgado ontem pela **Folha**.

Para o advogado, a história sobre o atentado sempre pareceu "esquisita", mas não pode haver prejulgamentos porque a Polícia Militar é uma instituição que merece respeito pelo seu trabalho.

"Estamos diante de um sigilismo. Se for verdade [que o atentado é falso], é gravíssimo. Se for mentira, se o relatório não for verdadeiro e procurar comprometer uma outra instituição, é mais grave ainda", disse ele.

Na versão oficial, o ex-detento Frank Ligieri Sons, 33, atacou a tropa especial da PM, atirando no prédio, com um coquetel molotov na mão. Ainda segundo a versão oficial, os policiais da Rota revidaram e mataram Sons.

O documento confidencial da inteligência da polícia diz: "Possivelmente, o atentado contra a mencionada sede miliciana seria para tirar o foco de práticas ilícitas envolvendo integrantes da Rota e martirizar os envolvidos".

O Comando da Polícia Militar diz que vai pedir cópia do relatório da Polícia Civil para realizar investigações a respeito do caso. Diz que "será implacável contra eventuais desvios de conduta".

CCJ do Senado aprova criação de banco de DNA de presos

Objetivo é identificar detento reincidente

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou ontem um projeto de lei que obriga a coleta de amostras de DNA de criminosos condenados por crime hediondo ou praticado com violência contra pessoa.

A intenção é facilitar a identificação do detento que, em liberdade, volte a cometer outro crime.

A proposta ainda permite a coleta do material genético de acusados quando isso for entendido como fundamental à investigação. O texto precisa agora passar por uma nova votação na comissão antes de ir para a Câmara.

A criação do banco de DNA é solicitação antiga dos peritos da Polícia Federal. "Temos um mecanismo muito bom que vai dar sustentação às investigações", afirmou o senador Ciro Nogueira (PP-PI), autor da proposta.

Pelo texto, os dados coletados são sigilosos e poderão ser solicitados pela polícia a partir da instalação de inquérito. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a forma como se dará a coleta.

BANCO DE VESTÍGIOS

Em 2010, a PF criou um banco nacional de DNA, instalado em 15 unidades da Federação, para uso em investigações. Por ora, ele armazena só vestígios biológicos recolhidos na cena do crime.

"Ainda não existe uma lei para isso funcionar direito. Já começamos o trabalho com os vestígios, que não precisam de uma lei específica", afirma Guilherme Jacques, perito do laboratório de genética do Instituto Nacional de Criminalística da PF.

25 AGO 2011

PAINEL DO LEITOR

Cargos de confiança

Com índices alarmantes de casos de corrupção em nossa política, sugiro que a sociedade indague dos nossos representantes a necessidade, a quantidade e a real importância de tantos cargos de confiança existentes hoje nos três Poderes, em Brasília.

São mais de 20 mil pessoas indicadas por artifícios políticos que geram um custo de milhões de reais aos cofres públicos.

EDILSON BROCHINE (São Carlos, SP)

MONICA BERGAMO

O livro "Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal", de Flávio Ramazzini Bechara, será lançado hoje, às 19h30, na Livraria Saraiva do shopping Pátio Higienópolis.

FOLHA DE S. PAULO

A alegria das meninas

JANIO DE PREITAS 25 AGO 2011

AS MENINAS ESTÃO alegres outra vez. Não foi preciso muito para voltarem à alegria. Na rua. Entorpecendo-se com inalação de solvente. Pedindo e ganhando alguma coisa aqui, furtando ou tentando furtar alguma coisa ali, um celular e uma bolsa de passageira na calçada, mesmo que necessária certa imposição física do grupo, um objeto da loja — tudo rende para o consumo e para a venda que permite comprar mais solvente. Agora. Depois, o crack.

Se essa vidinha for perturbada, a lei está aí para devolvê-la prontamente e tal como desejada. A lei que reúne os itens generosos de sua pedagogia sob o belo nome de Estatuto da Criança e do Adolescente. Também reconhecida, entre os seus íntimos, como ECA. Desfrutar do ECA é a vantagem de nascer em um país que ama leis.

As meninas podem estar alegres porque tiveram tal sorte. Apanhadas no fracasso de furtos tentados em um hotel paulista, duas ou três foram devolvidas à rua pouco depois de apresentadas à autoridade representativa do ECA; outras duas ou três, as notícias são contraditórias, foram ao encontro das amigas em 24 a 48 horas. Cumpra-se a lei.

Crianças até 12 anos, diz a lei, não podem ter sua liberdade restringida pela autoridade. Era o caso daquelas. Ou não era. Disseram-se todas com 11 anos ou menos. Seus nomes? Deram nomes inverdadeiros. Seus endereços? Escolheram entre não saber e inventar. Seus pais? Outros nomes falsos. Retê-las sujeitaria a autoridade a leis que protegem a lei. Cumpra-se a liberdade da infância, que, segundo a lei, sabe o que fazer com a própria infância e com a liberdade.

Mas a Lei das leis, que carrega a má sonoridade do nome Constituição, informa ter o Estado a responsabilidade de prover a proteção à crian-

A plena liberdade assegurada aos desvalidos menores de 12 anos conduz à convivência com a droga

ça. O que inclui impedir que se envolva com entorpecentes, viva ao abandono nas ruas, não tenha forma alguma de assistência alimentar e à saúde, sem chegar-se ao extremo de considerar a escolaridade obrigatória.

A realidade com que o ECA convive exibe algo diferente. A plena liberdade assegurada aos desvalidos menores de 12 anos, ao tomar o abandono como liberdade, conduz à convivência com a droga, com adolescentes e adultos já deformados pela vida viciosa, com o tráfico, com doenças, com a falta de todo o aprendizado escolar. É o falso respeito à infância induzindo-a ao aprendizado da criminalidade. É a pedagogia da desgraça.

A responsabilidade do Estado vai mais longe, porém. Inclui ocupar-se de proteção em outro nível: o da população já exposta à maior eficiência da criminalidade que à dos meios de segurança e com todos os motivos, comprovados nos fatos de cada dia, de temer o ainda pior, com a chegada crescente do crime aprendido nas ruas desde a infância. E até já praticado por trombadinhas, flanelinhas e outros aos quais os diminutivos não se adaptam.

É verdade que os internatos da infância pobre ou delituosa costumam merecer a mais dura reprovação. É verdade também, no entanto, que esse mal se tem reduzido bastante, com a atenção de iniciativas particulares para o problema. E, ainda uma vez, é do Estado a responsabilidade de prover e de fiscalizar o abrigo em condições respeitáveis e dotado da função educacional necessária. Se falha nessa responsabilidade, a maneira de corrigi-la não é a entrega da infância desvalida, só por ter menos de 12 anos, à escola da criminalidade e à pedagogia da desgraça pessoal e social.

As meninas estão alegres outras vez. No limite da desgraça.

25 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Grupo de crianças que depredou o Conselho Tutelar volta para a rua

DE SÃO PAULO - Dos sete jovens que depredaram o Conselho Tutelar da Vila Mariana (zona sul de SP), na última segunda-feira, cinco não ficaram sequer 24 horas nos abrigos para os quais foram levados.

Segundo o promotor Thales César de Oliveira, eles saíram dos centros de acolhimento porque pediram. "Mas temos os dados das famílias no processo judicial, elas são das zonas oeste e leste".

Os outros dois têm mais de 12 anos e foram encaminhados para uma unidade da Fundação Casa.

O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) proíbe a internação compulsória de crianças, mas o Estado tem o dever de iniciar um processo de reintegração familiar.

A prefeitura disse que intensificou as abordagens nas ruas do centro para tentar localizar as crianças.

25 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Cidadania na sala de aula

Pesquisa indica que estudantes do ensino médio não têm conhecimentos básicos sobre direitos e deveres dos cidadãos

Cerca de 70% dos alunos do Ensino Médio de escolas públicas de Londrina, Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS) não sabem quais são seus direitos sociais. Setenta e oito por cento não sabem o que é a Constituição Federal, 40% não conhecem os Três Poderes, 68% não sabem o que faz um deputado estadual e 70% não têm ideia do que é democracia.

Esses números foram levantados em uma pesquisa realizada por alunos dos cursos de Direito e Pedagogia da Universidade Norte do Paraná (Unopar). Além destes dados, os graduandos, que participaram ativamente da coleta de dados, identificaram que 65% dos alunos pesquisados são a favor da inclusão de conteúdos de Direito e cidadania no currículo escolar.

O professor de Direito Constitucional da instituição, André Trindade, também é integrante da Associação Brasileira de Ensino de Direito e foi o coordenador do projeto "Pedagogia Cidadã". Conforme ele, o objetivo do estudo foi avaliar os conhecimentos de Direito e cidadania por parte dos alunos do Ensino Médio.

Trindade defende que as temáticas sejam abordadas em uma disciplina específica ou como conteúdo de uma disciplina já existente. "De qualquer forma, antes de iniciar o trabalho com os alunos é preciso preparar os professores. Vamos enviar os dados do traba-

Trindade: "Não adianta cobrar que as pessoas cumpram as leis se elas não as conhecem"

lho para o Ministério da Educação, para as secretarias estaduais de educação e também para a Ordem dos Advogados do Brasil", disse.

Ele afirmou que a formação jurídica e o conhecimento de conceitos básicos sobre o tema não devem ser ofertados apenas no curso de direito, mas é necessário na formação de um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres e preparado para a vivência em sociedade. "Não adianta cobrar que as pessoas cumpram as leis se elas não as conhecem", justificou o professor. Para ele, no momento em que o jovem conhece seus direitos fundamentais, ele passa a ter uma visão diferente do mundo.

O professor considera que a maioria dos jovens participa da democracia sem ter condições para tal, já que aos 16 anos estão aptos a votar, mas muitos não sabem o que faz um deputado. "Fala-se em reforma política, mas para isso o cidadão precisa ser politizado. Ele precisa ter consciência do Estado do qual faz parte", disse. Ele acrescentou que esse tipo de dificuldade ultrapassa o ensino médio e que muitos alunos chegam ao ensino superior sem os conhe-

cimentos básicos de cidadania e Direito. "Quando não se conhece os direitos, o sentimento de cidadania na sociedade se perde", afirmou.

Outro dado que chama atenção na pesquisa é que 40% dos jovens entre 15 e 17 anos abandonam a escola por desinteresse. O professor des-

tacou que isso acontece por que os jovens não conseguem vincular os conteúdos aprendidos na escola com aquilo que realmente utilizam no dia a dia. "Por menor que seja a formação ministrada, esse tipo de conhecimento prepara melhor o cidadão, além de que em sala de aula o aluno vê a aplicação direta dos conceitos abordados e vincula este conteúdo com a vida diária", explicou.

Trindade disse que a proposta de mudança na educação está fundamentada e que o primeiro passo é preparar os professores para depois levar o conhecimento aos alunos. "Quanto mais novo for o aluno quando tiver contato com esses conhecimentos, melhor preparado ele estará ao terminar o ensino médio. Esse tipo de formação é essencial, mas para isso é fundamental formar e valorizar os professores", finalizou.

Maioria dos jovens participa da democracia sem ter condições

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Licitação de fachada 25 AGO 2011

A juíza da Vara Cível de Barbosa Ferraz (Região central), Angela Karina Chirnev Pedotti, suspendeu a licitação na modalidade pregão presencial para contratar empresa que promoveria a estrutura e os shows do 2º Rodeio da Independência, marcado para 1 a 4 de setembro. O juiz entendeu que o pregão seria "de fachada".

■ O pregão somente seria realizado ontem, porém, os shows e as atrações do rodeio já estavam sendo anunciados em jornal local e no site de uma dupla sertaneja, que se apresentaria no evento.

■ O autor da ação, promotor Vitor Hugo Nicastro Honesko, argumentou que o edital do pregão tinha exigências muito específicas. "O documento chegou a prever a quantidade de músicos que as bandas deveriam ter e, até mesmo, a marca dos microfones que deveriam ser usados nos shows."

■ A juíza escreveu na decisão: "É evidente que o direcionamento do objeto fere a igualdade entre os licitantes e a competitividade do certame."

INFORME

Teste de HIV

A Prefeitura de Matinhos (litoral) voltou atrás anteontem e republicou os editais de Concurso Público Municipal para contratação de pessoal, retirando a exigência de apresentação de teste de HIV pelos candidatos. Considerando a exigência "absurda", o presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLTT), Toni Reis, pediu a retificação dos editais.

Erro

Em nota, a Prefeitura afirma que a inclusão do teste de HIV foi um "erro ocorrido durante a elaboração dos editais" e que "de forma alguma existiu preconceito ou discriminação".

CLÁUDIO HUMBERTO
PODER SEM PUDOR

Animal por sentença

Certa vez em Cachoeiro do Itapemirim (ES), no ano de 1974, o vereador Roberto Valadão (MDB) atacou o prefeito da cidade:

- O prefeito Teodorico Ferraço é um animal irracional!

Ferraço ficou furioso e processou o adversário, que acabou absolvido. As provocações e os recursos continuaram até que o caso chegou ao Supremo Tribunal Federal, anos mais tarde, quando Teodorico era deputado federal. O STF confirmou a absolvição de Valadão, que foi à tribuna e comemorou:

- O prefeito é um animal irracional, agora transitado em julgado!

25 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Justiça cassa prefeito e vice de Paranaguá

Ambos são acusados de abuso de poder político e econômico e propaganda irregular; assume a vaga o segundo colocado nas eleições, Mário Roque

Maigue Gueths
Equipe da Folha

Curitiba - O prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT) e o vice, Fabiano Vicente Elias (PSDB), tiveram os mandatos cassados, ontem, pela Justiça Eleitoral. A decisão é do juiz eleitoral de Paranaguá, Hélio Arabori, que considerou procedentes as denúncias feitas por dois candidatos concorrentes nas eleições municipais de 2008. Baka e o vice são acusados de uso indevido de meios de comunicação, abuso de poder político e econômico, além de prática de conduta vedada a agentes públicos mediante propaganda irregular. Em sua decisão, o juiz determina, também, a diplomação e posse do segundo colocado na eleição, Mário Roque (PMDB).

O prefeito e seu vice têm prazo de três dias para recorrer da decisão - primeiro para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) e, em segunda instância, ao Tribunal

Superior Eleitoral (TSE). Ontem, por meio de nota oficial, Baka informou que vai recorrer da decisão judicial, bem como permanecer no cargo. "Vamos continuar trabalhando para fazer uma Paranaguá melhor para todos os parananguaras. Enquanto administrador sempre trabalhei para oferecer o melhor para nossa população e assim continuarei agindo. Decisões judiciais foram feitas para serem respeitadas e isso ocorre, mas, como temos o direito de recorrer, vamos fazê-lo", diz.

Na nota, o vice-prefeito também afirma intenção de recorrer. "Esse é um processo que está em primeira instância. Sou um defensor da legalidade e se a Justiça entender que esse é o caminho vou aceitar. Como estamos num Estado de direito, enquanto houver recurso, vamos utilizá-los para alterar a decisão judicial.

Respeitamos, mas não concordamos com ela", diz.

Em 2008, Baka teve 39,17% dos votos contra 29,56% do segundo colocado, o ex-prefeito do município Mário Roque (PMDB), candidato da Coligação Paranaguá de Volta ao Progresso (PSDC/PMDB/PRTB/PMN/PSB). Além da coligação, a ação foi representada junto ao TRE-PR também pelo candidato Nélio Valente Costa, que ficou em quarto lugar.

No final de 2010, Baka também chegou a ter o mandato cassado pelo TRE-PR, sob acusação de abuso do poder político e econômico. A denúncia também partiu de seu adversário político, Mário Roque, que alegou que Baka teria feito propaganda institucional de forma abusiva no ano de 2007, em sua gestão anterior, com objetivo de promoção pessoal. Baka recorreu ao TSE.

**Acusados têm
três dias
para recorrer
da decisão**

FOLHA DE LONDRINA

Prefeito de Jundiáí do Sul toma 25 AGO 2011 posse três anos após eleições

Quase três anos após ter sido eleito prefeito de Jundiáí do Sul (Norte), Valter Abras (PSDB) poderá assumir a cadeira de chefe do Executivo. Ele conseguiu na terça-feira uma decisão favorável do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por seis votos a um, e sua defesa já entrou com uma medida cautelar requisitando que seja dada posse imediatamente a Abras.

Valter Abras, que já foi prefeito de Jundiáí do Sul entre 1989 e 1992 e entre 1996 e 2000, foi eleito em outubro de 2008 com 57,4% dos votos e diplomado em 17 de dezembro daquele ano. Porém, dois dias depois, o Tribunal Regional Eleitoral, cassou o registro de Abras, com base em ação do Ministério Público Eleitoral, e ele acabou não sendo empossado. O argumento da Promotoria era de que Abras foi condenado por crime ambiental na construção de um aterro, mas não havia cumprido a pena restritiva de direitos - prestação de serviços à comunidade. "Mas eu paguei o equivalente a 20 salários mínimos e minha pena estava cumprida", disse o prefeito.

**Valter Abras
foi condenado por
crime ambiental,
2 dias após eleição**

Diante do impasse, o advogado de Abras, Marcos Kaimen, obteve habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) em outubro passado que considerou a pena cumprida, em 28 de maio de 2008, ou seja, antes de Abras registrar sua candidatura. "Levamos esse habeas corpus

ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que dizia não ter competência para dar posse ao meu cliente e o TSE também afirmava não ter competência. Havia uma divergência entre os tribunais", explicou. "Com a decisão de ontem (terça), o TSE admitiu que tem competência e agora esperamos a decisão pela posse."

Valter Abras disse que este tempo longe da Prefeitura lhe causou prejuízos e se disse vítima de perseguição política. "Fui muito perseguido. Agora quero retomar o cargo e cuidar da cidade, que está abandonada."

O atual prefeito de Jundiáí do Sul, Eclair Rauen (DEM), que era o presidente da Câmara, foi procurado, mas a chefia de Gabinete informou que o município ainda não havia sido notificado oficialmente sobre a decisão do TSE e, por isso, não poderia se manifestar.



Ex-deputado federal defende afastamento do presidente da Câmara pra não obstruir as investigações

Coro engrossa

Depois de duas lideranças tucanas (o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, e o senador Alvaro Dias) defenderem publicamente o afastamento do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB), desta vez foi a vez de um ex-tucano tocar na mesma tecla. Em visita à Câmara, para a sessão em homenagem a Chiara Lubich, o ex-deputado federal Gustavo Fruet disse que Derosso deveria deixar o comando da Casa para não obstruir as investigações.

“Defendendo a mesma posição que defendi como membro do Conselho de Ética e de CPIs na Câmara dos Deputados, quando analisadas denúncias contra dois ex-presidentes, digo que sim, ele deveria se afastar da presidência”, disse Fruet, acreditando que o afastamento é fundamental “para que haja liberdade de investigação, transparência no processo, e nenhum servidor se sinta inseguro ao prestar depoimento, para evitar qualquer constrangimento. Depois, se nada for comprovado, ele retorna normalmente”.

Agenda negativa

Fruet lembrou que é a primeira vez na história da Câmara que os vereadores enfrentam agenda tão negativa, com o presidente processado no Conselho de Ética e a abertura de CPI. “É um momento delicado, em que se precisa de muita clareza sobre o emprego do recurso público e não fique dúvidas sobre o limite entre o moral e o legal”, comentou. “Independente da polícia, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, a Câmara tem que investigar. São irregularidades de natureza política e esse é o papel dos vereadores”.



Fruet visita Câmara. Derosso preside sessão.

Fruet comentou que a pressão da opinião pública e a sucessão de denúncias tiraram a Câmara da inércia depois de a Casa “ter perdido a oportunidade de investigar os radares, os precatórios, os contratos com o Instituto Curitiba de Informática. A Câmara abriu mão de seu papel institucional e, agora, se vê nessa agenda negativa”, disse.

Esposa de Derosso será convocada

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba aprovou, na reunião de ontem, a convocação da jornalista Cláudia Queiroz Guedes, esposa do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), apontada como beneficiária de supostas irregularidades na licitação, contratação e assinatura de aditivos contratuais para os serviços de publicidade da Casa. O requerimento foi apresentado pela vereadora Professora Josete (PT).

Proprietária da agência Oficina da Notícia, uma das duas empresas que venceram a licitação para publicidade da Câmara em 2006, Cláudia terá que explicar como participou do processo licitatório sendo funcionária comissionada da Casa. Será questionada a



Cláudia: Conselho de Ética.

influência de seu relacionamento com Derosso para a assinatura do contrato e, principalmente, dos aditivos contratuais e mostrar onde a agência investiu os recursos repassados pela Câmara. O Conselho de Ética também deverá ouvir os integrantes da Comissão de Licitações e o diretor do Departamento de Administração e Finanças.

25 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Cassação

Justiça manda Mário Roque assumir o comando de Paranaguá. Baka e Fabiano Elias vão recorrer

Caem fora

Elizabete Castro

O juiz da 5ª. Zona Eleitoral, Helio T. Araçori, determinou a cassação do mandato do prefeito de Paranaguá, José Baka Filho (PDT), e do vice Fabiano Elias (PSDB) e a cassação dos direitos políticos por oito anos. Os dois foram acusados de abuso de poder, uso indevido dos meios de comunicação e propaganda irregular na campanha eleitoral de 2008. O juiz determinou a posse do segundo colocado nas eleições, Mário Roque (PMDB), ex-prefeito da cidade.

O advogado de Baka, Guilherme Gonçalves, disse que vai recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para suspender a



Baka: sentença.

sentença. O entendimento do advogado é que a sentença não tem aplicação imediata, até que seja

julgado o recurso. O advogado aguarda a publicação da íntegra da sentença. A representação foi proposta pelo então candidato do PT, Nélio Valente Costa, atualmente no PV, que ficou em quarto lugar nos resultados.

No TSE

Se o prefeito e vice forem derrotados no TRE, ainda cabe recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esta não é a primeira vez que Baka tem o mandato cassado pela Justiça Eleitoral. Em dezembro de 2010, o TRE decidiu pelo afastamento do pedetista acatando denúncia feita então por Mário Roque, que o acusava de uso da máquina pública para promoção pessoal. Baka recorreu ao TSE e recuperou o mandato.

25 AGO 2011

METRO

CPI ainda não tem data para começar

A mesa diretora da Câmara de Curitiba informou ao vereador Algaci Túlio (PDT), autor da proposta de criação de uma CPI para investigar os contratos de publicidade da casa, que ainda está estudando a formação da comissão. A equipe técnica da mesa diretora, segundo Túlio, vai fazer um estudo para determinar a proporcionalidade das vagas dos partidos na comissão.

“Esta semana não sai”, disse Túlio. Ele pressiona a

9 integrantes deverão ter a CPI que vai investigar os contratos de publicidade firmados pelo vereador João Claudio Derosso.

mesa porque a CPI foi aprovada há dez dias e até agora não foi instalada. A comissão irá investigar contratos feitos entre a Câmara e duas empresas de publicidade, uma delas da mulher do presidente Derosso.

● METRO CURITIBA

Cacciola ganha liberdade condicional

A Justiça do Rio de Janeiro concedeu anteontem liberdade condicional ao ex-banqueiro Salvatore Cacciola, protagonista de um dos maiores escândalos financeiros do país.

Ex-dono do banco Marka, Cacciola passou sete anos foragido em Roma, na Itália.

Cacciola foi preso em 2007, no Principado de Mò-

naco, após ser localizado pela Interpol e extraditado para o Brasil.

O ex-banqueiro está preso desde 2008 por gestão fraudulenta e desvio de dinheiro público. Ele é acusado de causar um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão aos cofres públicos. Em julho, a pena do ex-banqueiro já havia sido reduzida em um quarto. ● METRO

Licitação é suspensa

PREGÃO. A Justiça suspendeu o pregão presencial que possibilitaria a contratação de empresa para a viabilização dos shows e da estrutura do 2º Rodeio da Independência, previsto para ocorrer entre os dias 1º a 4 de setembro, em Barbosa Ferraz. A decisão impede que o município contrate empresa de eventos porque o pregão seria “de fachada”, segundo o Ministério Público.

● METRO CURITIBA

METRO 25 AGO 2011

Salário de Sarney chega a R\$ 62 mil

► MPF vai à Justiça para impedir que presidente do Senado ganhe mais do que o teto do funcionalismo ► Outros 464 servidores recebem supersalários

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), recebe cerca R\$ 62 mil por mês. O valor é obtido pela soma do salário como senador com duas aposentadorias por ser ex-governador do Maranhão.

A quantia excede o teto de R\$ 26 mil do funcionalismo público, estabelecido por lei. O valor corresponde aos vencimentos dos ministros do STF.

Segundo o “Congresso em Foco”, o MPF (Ministério Público Federal) entrou com uma ação na Justiça para que o senador seja obrigado a escolher uma das fontes de renda, o que o colocaria dentro do teto.

Em nota, a assessoria de Sarney informou que as aposentadorias recebidas por ele são um assunto privado, e que não há necessidade de explicações.

Pelo menos outros 464 servidores do Senado recebem salários acima do teto. A maioria das gratificações foi concedida por meio de atos da Mesa Diretora.

Em julho, liminar da 9ª Vara Federal determinou que os valores excedentes fossem cortados imediatamente. A liminar, no entanto, foi derrubada pelo TRF (Tribunal Regional Federal) de Brasília, garantindo aos servidores o recebimento dos supersalários. ● METRO

25 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

Conselho quer ouvir mulher de Derosso

Os vereadores do Conselho de Ética, em reunião realizada ontem, aprovaram novas ações relacionadas à apuração preliminar sobre os contratos de publicidade firmados pela Câmara de Curitiba com duas empresas de publicidade em 2006. Para prestar informações complementares, foi convocada a comissão de licitação que acompanhou a contratação das empresas e os servidores municipais que respondiam pela direção de Administração e Finanças da Câmara Municipal, na época do contrato e atualmente. A jornalista Cláudia Guedes também será convidada a participar de reunião do conselho. A reunião foi conduzida pelo vereador Franciso Garcez (PSDB), presidente do conselho. Participaram os vereadores Zezinho do Sabará (PSB), Jorge Yamawaki (PSDB), Valdemir Soares (PRB) e Noemia Rocha (PMDB), na condição de membros titulares, os parlamentares Odilon Volkmann (PSDB) e Professora Josete (PT), suplentes, e os membros da corregedoria, Roberto Hinça (PDT) e Serginho do Posto (PSDB).

Cassado

O prefeito de Paranaguá (Litoral do Estado), José Baka Filho, e o vice, Fabiano Vicente Elias, tiveram os mandatos cassados pela Justiça Eleitoral, ontem. Eles são acusados de uso indevido de meios de comunicação, abuso de poder político e econômico, além de prática de conduta vedada a agentes públicos mediante propaganda irregular. Baka Filho e Elias ainda podem recorrer da decisão. De acordo com a assessoria de imprensa do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), a representação partiu do segundo colocado nas eleições municipais de 2008, Nélio Valente Costa, e pela Coligação Paranaguá de Volta ao Progresso (PSDC/PMDB/PRTB/PMN/PSB).